

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Negociações Internacionais

Período de Análise: 01/02/2016 a 29/02/2016

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira, Daniele Rocha e Marielle Mattos

Índice

| | |
|--|----|
| Brasil e Coreia do Sul definem nova proposta de certificado sanitário para carne de aves. Site do MAPA. 01/02/2016..... | 5 |
| Mapa negocia com a África do Sul certificado sanitário para venda de carne suína in natura. Site do MAPA. 02/02/2016. | 6 |
| União Europeia revoga patente de melão da Monsanto. Site do MST. 03/02/2016... | 6 |
| Mapa negocia com a China novas regras para facilitar exportações de suco de laranja. Site do MAPA. 03/02/2016..... | 7 |
| Exportações de soja e milho pelos portos do Arco Norte cresceram quase 54% em 2015. Inez De Podestà. Site do MAPA. 03/02/2016. | 9 |
| Omã ressalta interesse em investir no agronegócio brasileiro. Site do MAPA. 03/02/2016..... | 10 |
| China habilita 17 novas plantas frigoríficas brasileiras para exportação. Site do MAPA. Priscilla Mendes. 04/02/2016..... | 11 |
| Agricultura familiar rumo à Alemanha. Gabriella Bontempo. Site do MDA. 05/02/2016..... | 12 |
| Exportações do agronegócio cresceram 8,7% em volume em janeiro deste ano. João Carlos Rodrigues. Site do MAPA. 05/02/2016. | 16 |
| Políticas públicas, orgânicos e agricultura familiar na Biofach. Juliana Reis e Adolfo Brito. Site do MDS. 11/02/2016..... | 18 |
| Monsanto pagará multa de US\$ 80 milhões para governo dos EUA. Site do MST. 10/02/2016..... | 19 |
| Começou a Biofach. Adolfo Brito. Site do MDA. 10/02/2016..... | 20 |
| Políticas públicas, orgânicos e agricultura familiar na Biofach. Juliana Reis e Adolfo Brito. Site do MDA. 11/02/2016. | 21 |
| União Africana adota modelo brasileiro de alimentação escolar. Site do MDS. 11/02/2016..... | 23 |
| Japão quer investir em projetos agrícolas no Matopiba. Inez De Podestà. Site do MAPA. 11/02/2016. | 24 |
| Expertise brasileira é modelo para criação de sistema de produção e comercialização em El Salvador. Site da CONAB. 12/02/2016..... | 25 |
| Rússia suspende importações de soja e milho dos EUA. Priscilla Mendes. Site do MAPA. 12/02/2016. | 26 |
| Expositores comemoram participação do Brasil na Biofach. Adolfo Brito. Site do MDA, 15/0/2016..... | 27 |

| | |
|--|----|
| Brasil deve voltar a vender carne bovina para a Arábia Saudita este mês. Inez De Podestà. Site do MAPA. 15/02/2016..... | 28 |
| Embarques de café torrado e moído crescem 147% em janeiro. Inez De Podestà. Site do MAPA. 16/02/2016. | 29 |
| Brasil e Argentina discutem estratégias de abertura de mercados para produtos agropecuários. Fernanda Tallarico. Site do MAPA. 17/02/2016..... | 30 |
| Delegação da Rússia vem ao Brasil conhecer área de produção de soja. Inez De Podestà. Site do MAPA. 17/02/2016..... | 31 |
| Brasil e Alemanha ampliam debate sobre ODS. Letícia Verdi. Site do Ministério do Meio Ambiente. 18/02/2016..... | 32 |
| Brasil e Argentina estudam ação conjunta no agronegócio. O Globo. 18/02/2016 . | 33 |
| Audiência pública do julgamento contra o Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos é realizada na Costa Rica. Lívia Barreto – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 19/02/2016..... | 34 |
| Excesso de capacidade de produção aflige cidades pequenas da China. James T. Areddy. Valor Econômico. 19/02/2016..... | 35 |
| Consolidação na área de rações para peixes. Valor Econômico. 22/02/2016..... | 38 |
| Novos certificados agilizam exportação de material de multiplicação animal. Cláudia Lafetá. Site do MAPA. 22/02/2016..... | 39 |
| Agricultura familiar brasileira ganhará destaque na conferência da FAO. Tássia Navarro. Site do MDA. 23/02/2016. | 40 |
| Fórum Mundial debaterá acesso à terra e aos recursos naturais. Tatiana Carlotti. Carta Maior. 23/02/2016. | 41 |
| Agricultura familiar brasileira ganhará destaque na conferência da FAO. Site do MDS. 23/02/2016. | 43 |
| Menos divisas com as exportações de soja. Camila Souza Ramos e Fernando Lopes. Valor Econômico. 23/02/2016..... | 44 |
| Brasil e México anunciam Acordo Cachaça-Tequila. Viviane Novaes. Site do MAPA. 23/02/2016..... | 45 |
| Japão busca ampliar suas exportações de alimentos. Robin Harding. Valor Econômico. 24/02/2016..... | 46 |
| O Brasil pós-Doha. Regis Arslanian. Valor Econômico. 24/02/2016. | 47 |
| Governo dos Estados Unidos promove debate sobre agricultura mundial com presença da CNA. Site da CNA. 24/02/2016. | 50 |
| Carne bovina in natura mais perto dos EUA. Juliano Basile. Valor Econômico. 24/02/2016..... | 51 |
| Aumento da oferta tende a interromper alta do milho. Mariana Caetano. Valor Econômico. 25/02/2016..... | 53 |

| | |
|---|----|
| Rede de produtores internacionais visita Projeto Biomas no Cerrado. Site da CNA. 25/02/2016..... | 56 |
| Exportação global de etanol continua em baixo patamar. Fabiana Batista. Valor Econômico. 25/02/2016..... | 58 |
| Brasil e México devem concluir negociações de acordo comercial este ano. Viviane Novaes. Site do MAPA. 25/02/2016..... | 59 |
| Japoneses vão investir em agricultura no Matopiba. Site do MAPA. 26/02/2016... 60 | |
| USDA vê avanço do plantio de milho nos EUA. Fernanda Pressinott e Camila Souza Ramos. Valor Econômico. 26/02/2016..... | 61 |
| Encontro Brasil-Japão reúne mais de 600 pessoas em Palmas. Viviane Novaes. Site do MAPA. 29/02/2016..... | 61 |
| Empresários japoneses conhecem infraestrutura e logística do Matopiba. Viviane Novaes. Site do MAPA. 29/02/2016..... | 62 |
| Kátia Abreu: acordo entre Brasil e Japão inaugura um novo tempo para o Matopiba. Viviane Novaes. Site do MAPA. 29/02/2016..... | 63 |
| Importação chinesa de leite em pó dispara. Alda do Amaral Rocha. Valor Econômico. 29/02/2016..... | 65 |

Brasil e Coreia do Sul definem nova proposta de certificado sanitário para carne de aves. Site do MAPA. 01/02/2016.

Negociações para a harmonização da redação não interromperam fluxo comercial entre os dois países

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) concluiu as tratativas para a nova proposta de Certificado Sanitário Internacional para carne de aves com a Coreia do Sul. O Brasil tem participação expressiva nas importações de carne de frango in natura pelo mercado sul-coreano. Em 2014, o país asiático importou de US\$ 249 milhões do produto. Do total, US\$ 138 milhões (55,4%) foram comprados da avicultura brasileira. Segundo a Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio (SRI) do Mapa, a revisão da certificação sanitária ocorreu devido à alteração na legislação sul-coreana. Os técnicos do Mapa tomaram conhecimento da mudança em setembro de 2015. As negociações para a harmonização da nova redação de certificado, esclareceu a SRI, não interromperam o fluxo comercial entre os dois países.

Suínos

Ainda de acordo com a SRI, o Brasil também está próximo de concluir as negociações para a exportação de carne suína à Coreia do Sul, pleito apresentado às autoridades sanitárias coreanas em 2004. À época, o comércio era impossibilitado pela legislação daquele país, que não reconhecia o princípio da regionalização para a febre aftosa e exigia que o país exportador fosse livre desta doença.

Somente em agosto de 2008, a Coreia do Sul alterou sua legislação, reconhecendo o princípio da regionalização. Iniciaram-se, então, as análises de risco da importação de carne suína do estado de Santa Catarina.

O processo de análise de risco coreano tem oito fases. Recentemente, o Brasil foi informado de que passou para a sexta etapa, que compreende a elaboração de requisitos pela parte coreana e envio à parte brasileira para comentários. As próximas etapas são consulta pública (7ª etapa) e missão in loco para habilitação de estabelecimentos e acordo de certificação (8ª etapa).

A Coreia do Sul é um dos grandes consumidores mundiais de carne suína in natura. Em 2014, o país importou US\$ 1,15 bilhão do produto, principalmente dos Estados Unidos, da Alemanha e da Espanha.

Mapa negocia com a África do Sul certificado sanitário para venda de carne suína in natura. Site do MAPA. 02/02/2016.

Hoje, o Brasil só exporta o produto processado para esse país

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) negocia com a África do Sul o certificado sanitário de carne suína in natura para venda livre. Hoje, a certificação é válida apenas para a carne suína processada. As autoridades sanitárias da África do Sul realizam avaliação de risco de cortes de carne suína, e o Brasil forneceu um manual para apreciação. Alguns, no entanto, não foram aceitos, e o texto está sendo revisado para posterior envio à África do Sul.

A África do Sul é integrante da União Aduaneira da África Austral (Sacu), também formada por Namíbia, Botsuana, Lesoto e Suazilândia, com a qual o Mercosul firmou, em 2008, acordo de preferências tarifárias fixas. A lista de ofertas do Mercosul é formada por 1.076 códigos NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) e a oferta da Sacu abrange 1.026 códigos.

As principais preferências ofertadas pela Sacu ao Brasil, por meio do acordo, são pescados (100% de preferência); produtos hortícolas (100%); banana, abacate e castanhas (100%); defumados de porco (100%); miúdos e carne de porco (25%).

Bloco

Em termos comerciais, o país mais importante do bloco é a África do Sul, que representou para as exportações do agronegócio brasileiro, em 2015, cerca de US\$ 465 milhões. Em 2011, quando as exportações do agronegócio brasileiro foram recordes para a África do Sul, os valores alcançaram mais de US\$ 670 milhões.

No Brasil, para a vigência do acordo, falta a publicação de decreto presidencial, necessário para incorporação ao ordenamento jurídico nacional. O acordo é de alcance limitado e precisará ser ampliado. No texto do acordo, há o compromisso de continuar futuras negociações para a formação de um acordo de livre comércio entre os blocos.

União Europeia revoga patente de melão da Monsanto. Site do MST. 03/02/2016.

Essencialmente, a aplicação da patente constituiu um ato de biopirataria, violando a legislação indiana e tratados internacionais.

O escritório europeu de patentes revogou uma patente de melão obtida pela Monsanto (EP1962578) por razões técnicas. A Monsanto alegava que o melão com resistência natural a um vírus era sua invenção, derivada de cruzamentos sem o uso de engenharia

genética. A resistência foi detectada em melões indianos. A patente foi concedida pelo escritório europeu, apesar da legislação não permitir patentes sobre variedades e processos de cruzamentos convencionais.

O governo indiano apoiou a oposição do grupo Sem Patente Nas Sementes! (No Patents on Seeds!) enviando uma carta que solicitava que a patente fosse revogada. A carta foi enviada um dia antes da audiência pública realizada no dia 20 de janeiro em Munique, na Alemanha.

Essencialmente, a aplicação da patente constituiu um ato de biopirataria, violando a legislação indiana e tratados internacionais.

A ação que resultou no cancelamento teve apoio da ABL (Arbeitsgemeinschaft Bäuerliche Landwirtschaft, movimento alemão ligado a Via Campesina), Bund Naturschutz in Bayern (Alemanha), Berne Declaration (Suíça), Gesellschaft für Ökologische Forschung (Alemanha), Greenpeace (Alemanha), No Patents on Life! (Alemanha), Verband Katholisches Landvolk (Alemanha) e Foundation for Future Farming.

Mapa negocia com a China novas regras para facilitar exportações de suco de laranja. Site do MAPA. 03/02/2016.

Mercado chinês tem grande potencial para o suco da fruta brasileira

Maior produtor e exportador mundial de suco de laranja, o Brasil quer aumentar a participação do produto no mercado chinês. No ano passado, a China representou 3% das exportações brasileiras de suco de laranja, o que demonstra haver espaço para expandir as vendas. Por isso, a Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio (SRI) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) intensificou as ações para facilitar os embarques do produto para aquele país.

Uma das principais negociações do Mapa com as autoridades chinesas era a revisão de limites microbiológicos para presença de bolores e leveduras no suco de laranja, iniciada em setembro de 2014. Elas se intensificaram ao longo do ano passado e resultaram na adoção de padrões utilizados pela maioria dos países importadores. Novos limites microbiológicos, anunciados pela China em janeiro passado, entrarão em vigor em novembro deste ano.

Os novos padrões chineses substituem a regra “GB 17325-2005”. No documento “GB 17325-2015”, os níveis para bolores e leveduras foram modificados para até 100 CFU/ml, atendendo a demanda do Brasil. Anteriormente, o limite era abaixo de 20 CFU/ml.

Segundo a SRI, as exigências sanitárias mais restritivas da China, associadas a barreiras tarifárias, tiveram impacto negativo nas exportações do produto brasileiro. A participação do Brasil nas importações chinesas de suco de laranja caiu de 80% em 2011 para 65% no ano passado.

A China é o quarto maior mercado para o suco de laranja brasileiro, atrás da União Europeia, Estados Unidos e Japão. As exportações brasileiras totalizaram US\$ 1,87 bilhão em 2015. Embora em valor tenha havido queda de 5% em relação a 2014, o volume exportado aumentou 4,1%, alcançando 2 milhões de toneladas.

Para a China, o desempenho das exportações foi desfavorável, mostram os números da SRI. No mesmo período, as vendas brasileiras caíram 25,3% em valor (US\$ 55,9 milhões) e 15,6% em volume (31 mil toneladas).

Barreiras tarifárias

Mesmo com a superação da questão sanitária, ainda restam barreiras tarifárias que prejudicam a competitividade do produto brasileiro no mercado chinês. Hoje, ressalta a SRI, é aplicada uma alíquota diferenciada, entre 7,5% e 30%, conforme a temperatura do suco (o produto congelado abaixo de -18°C paga a tarifa menor).

De acordo com o setor, essa barreira tarifária desestimula a adoção do sistema a granel, a temperaturas por volta de -10°C, utilizado para exportar o produto a EUA, Europa e outros países. Esse sistema, hoje tributado na China com a alíquota máxima de 30%, é bem mais competitivo do que o transporte em tambores, utilizado para abastecer o mercado chinês atualmente.

Para solucionar a barreira tarifária, o Mapa colocou como prioridade, na Câmara de Comércio Exterior (Camex), o lançamento de negociações de acordo de preferências tarifárias com a China. Pelas regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), é permitida a celebração de acordos de alcance parcial entre países em desenvolvimento, como China, Brasil e outros países do Mercosul.

Exportações de soja e milho pelos portos do Arco Norte cresceram quase 54% em 2015. Inez De Podestà. Site do MAPA. 03/02/2016.

Terminais embarcaram 20 milhões de toneladas dos grãos no ano passado, contra 13 milhões de t de 2014

As exportações de soja e milho pelos portos do Arco Norte – Itacoatiara (AM), Santarém e Vila do Conde (PA), Itaqui (MA) e Salvador (BA) – saltaram de 13 milhões de toneladas para 20 milhões de toneladas no acumulado de 2015, em comparação com 2014. Esse resultado representa um incremento de quase 54% na capacidade de escoamento de grãos pelos portos da região.

De acordo com o diretor de Infraestrutura, Logística e Geoconhecimento para o Setor Agropecuário, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Marcelo Cabral, a participação do Arco Norte, que há cinco anos escoava 8% do total soja e milho destinado ao mercado internacional, já alcança 20% dos embarques totais do país.

“Isso mostra o acerto das políticas de incentivos para o crescimento do setor portuário na região, para atender a produção colhida acima do Paralelo 16 (paralelo que está 16 graus ao sul do plano equatorial da Terra)”, destaca Cabral.

Segundo ele, a proximidade das áreas de produção do Centro-Oeste com os portos do Norte e Nordeste reduz distâncias, com impacto positivo da ordem de US\$ 50/tonelada no custo logístico. “Além disso, contribui para aliviar a pressão nos terminais de embarque do Sul e Sudeste.”

Santos e Paranaguá

As vendas externas de soja e milho atingiram volume próximo a 100 milhões de toneladas em 2015.

Os embarques pelo porto de Santos – maior complexo portuário do Brasil – saíram de 27 milhões, em 2014, para 30 milhões de toneladas desses grãos em 2015. Paranaguá, no Paraná, teve crescimento mais discreto, de 17 milhões para 18 milhões de toneladas desses dois grãos.

Todos os portos brasileiros vocacionados à exportação operaram volumes acima daqueles registrados na safra anterior. “O reordenamento de processos operacionais e gestão inovadora, a exemplo do agendamento na recepção rodoviária em Santos e outros terminais, permitiram maior eficiência e produtividade nos portos”, destaca o diretor.

Acompanhamento

O Grupo de Trabalho Interministerial de acompanhamento do escoamento da safra já iniciou o monitoramento das condições da infraestrutura viária e portuária para propor medidas que permitam a normalidade no processo de exportação, em um cenário de crescimento da participação do Brasil no mercado internacional de alimentos.

O GT, coordenado pelo Mapa, é composto por representantes do Ministério dos Transportes, Secretaria de Portos, Agência Nacional de Transportes Aquaviários, Agência Nacional de Transportes Terrestres, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Confederação Nacional dos Transportes, Companhia Nacional de Abastecimento.

Omã ressalta interesse em investir no agronegócio brasileiro. Site do MAPA. 03/02/2016.

Tatiana Palermo apresentou oportunidades de investimentos e potencial do setor

A promoção de oportunidades de investimento omani no setor agropecuário brasileiro foi um dos destaques no Seminário Empresarial Brasil – Omã, realizado nesta quarta-feira (3), na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e que contou com a participação do ministro do Comércio e Indústria do Omã, Ali bin Masoud al Sunaidy, e da secretária de Relações Internacionais do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Tatiana Palermo.

Tatiana Palermo apresentou oportunidades de investimentos e potencial de desenvolvimento da produção e do agronegócio nos próximos anos. O ministro do Comércio e Indústria do Omã, Ali bin Masoud al Sunaidy, que também é vice-presidente do Conselho Supremo de Planejamento do país, tendo como uma das mais importantes atribuições a garantia da segurança alimentar, falou com entusiasmo sobre uma possível parceria com o Brasil nesse tema.

"As autoridades e os empresários omanis buscam parcerias para garantir segurança alimentar na região. O Omã, por sua posição geográfica estratégica, pode servir como plataforma de processamento e distribuição de alimentos para os países do Golfo e do Sudeste Asiático, com destaque para o Irã e a Índia", afirmou Tatiana Palermo.

O país árabe é membro do Conselho de Cooperação do Golfo, junto com Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Catar, Bahrein e Kuwait, que importa anualmente cerca de US\$ 53 bilhões em alimentos.

China habilita 17 novas plantas frigoríficas brasileiras para exportação. Site do MAPA. Priscilla Mendes. 04/02/2016.

Setor estima aumento de US\$ 340 milhões em vendas ao mercado chinês

A Administração-Geral de Supervisão de Qualidade, Inspeção e Quarentena (AQSIQ) da China autorizou 17 novas plantas frigoríficas brasileiras a exportar para o país asiático, sendo cinco de carne bovina, oito de aves e quatro de suína.

A estimativa do setor é de que cada estabelecimento exporte cerca de US\$ 20 milhões por ano, o que totaliza aumento de US\$ 340 milhões nos embarques do produto para o mercado chinês.

A secretária de Relações Internacionais do Agronegócio do Mapa, Tatiana Palermo, afirmou que, desde o ano passado, quando o mercado chinês foi reaberto, o país asiático se tornou um dos maiores importadores das carnes brasileiras, principalmente a bovina.

"A habilitação de mais 17 plantas vai contribuir para a ampliação das nossas vendas. Com esse importante esforço, as exportações brasileiras do setor de carnes devem crescer em valor e volume em 2016. Vamos continuar negociando a habilitação de novos estabelecimentos", disse Tatiana Palermo.

O início das vendas depende agora da negociação entre os frigoríficos e os importadores chineses.

As novas habilitações do governo chinês resultam da missão oficial do Mapa àquele país, em novembro, quando foi anunciada a autorização de sete plantas frigoríficas.

Na ocasião, a ministra Kátia Abreu e o ministro do órgão chinês, Zhi Shueing, concordaram em estabelecer um cronograma de trabalho para a análise dos outros estabelecimentos que aguardavam autorização para exportar.

Os dois ministros também destacaram a relação de confiança mútua entre os países e se comprometeram a manter contato frequente para melhorar o fluxo de informações e ampliar o comércio bilateral.

Em 2015, o Brasil exportou à China um total de US\$ 1,1 bilhão em carnes, dos quais US\$ 477 milhões em carne bovina, US\$ 608 milhões em carne de frango e US\$ 10 milhões em carne suína.

Com a habilitação dessas 17 plantas, o Brasil passa a ter 65 frigoríficos autorizados a exportar carne para a China. Desses, 38 são de aves, 16 de bovinos e 11 de suínos.

Veja em que estados estão as 17 novas plantas habilitadas:
Aves: Paraná (3), Rio Grande do Sul (2), Minas Gerais (2) e São Paulo (1).
Suínos: Rio Grande do Sul (2), Santa Catarina (2).
Bovinos: São Paulo (3), Minas Gerais (2)

Agricultura familiar rumo à Alemanha. Gabriella Bontempo. Site do MDA. 05/02/2016.

A agricultura familiar brasileira estará presente mais uma vez na Biofach – considerada a maior feira de alimentos orgânicos e produção sustentável do mundo. De 10 a 13 de fevereiro, o público do evento vai poder conferir o trabalho de oito empreendimentos localizados nas regiões Sul, Sudeste, Norte e Nordeste do país. Ao todo, mais de seis mil famílias serão representadas na Alemanha.

Dos produtos nacionais, expostos no estande do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), estarão café e mel, as amêndoas de cacau, a castanha do Brasil, polpas e sucos concentrados de frutas, além de tapeçaria elaborada com sisal. O espaço terá 85m² e contará com tradutores que auxiliarão os empreendimentos na apresentação de seu trabalho.

Em 2015, as parcerias comerciais firmadas pelos grupos nacionais chegaram a quase US\$ 5 milhões. As dez cooperativas participantes fizeram 267 contatos comerciais com mais de 20 países. Neste ano, será a 12ª vez que a agricultura familiar brasileira marca presença no evento, com o apoio do MDA.

Com o intuito de preparar os empreendimentos familiares selecionados para a feira, em 2016, o ministério realizou, no ano passado, uma oficina de capacitação para a Biofach. Participaram do encontro o Sebrae, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), a Agência de Cooperação Técnica da Alemanha (GIZ) e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic).

Cada empreendimento selecionado pela chamada pública do MDA deve cumprir os requisitos de exposição na feira, entre eles, ter o certificado de orgânicos para o mercado europeu.

Coopealnor

A Cooperativa Agropecuária do Litoral Norte da Bahia (Coopealnor) participou pela primeira vez da Biofach em 2009. De lá para cá, muita coisa mudou, a partir das experiências adquiridas na feira. “Foi muito interessante a nossa ida à Alemanha. É uma troca de experiências bem positiva, pois temos a oportunidade de conhecer outro mundo e outros consumidores”, conta a gerente administrativa e comercial do empreendimento, Josete da Cruz Silva. Há dois anos, a cooperativa conseguiu espaço no mercado europeu, exportando suco de laranja concentrado para países com a Bélgica e a Alemanha. “Em 2015, produzimos quase 500 toneladas do produto e cerca de 80% é comercializado fora do país”, destaca. Para esta edição da Biofach, a Coopealnor espera conhecer as novidades do mercado, especialmente, em relação aos sucos prontos.

Apaeb Sisal

Criada na década de 80, com o objetivo de potencializar a comercialização dos produtores de sisal, no nordeste da Bahia, a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (Apaeb) tem mostrado ao longo dos anos que é possível conviver com a seca. Por mês, são processadas na associação 400 toneladas da planta que viram fios, cordas, além de tapetes e carpetes que estão presentes em todos os continentes do mundo. “Estados Unidos, China, Indonésia, Rússia, Alemanha, Argentina e o Canadá são os principais países para onde exportamos. Hoje, temos um catálogo de produtos disponíveis para o mercado”, explica o gerente comercial da Apaeb, Uirã Oliveira.

A primeira experiência com a Biofach foi em 2014. “A feira é muito específica para produtos orgânicos e sustentáveis. Por isso, com a participação no evento, queremos atingir um mercado que ainda não atuamos: o mercado sustentável. Queremos alcançar consumidores que valorizam esse tipo de produção, recebendo clientes potenciais”, ressalta. Quarenta e cinco por cento da produção da associação é voltada para o mercado externo.

Coaprocor

A Biofach 2015 marcou a história da Cooperativa Agroindustrial de Produtores de Corumbataí do Sul e Região (Coaprocor). Foi por meio dela, que o empreendimento familiar brasileiro fechou a primeira venda para o mercado europeu. “Fizemos alguns contatos, na feira passada, e já temos clientes esperando a nossa polpa de acerola orgânica em 2016”, conta o presidente da Coaprocor, Gerson Cruz. Além de dar essa oportunidade, a participação no evento mudou a perspectiva do grupo. “De fevereiro do ano passado

para cá, a cooperativa teve uma transformação muito grande, começamos a valorizar mais o nosso trabalho e o nosso produto. Ao longo desse ano, vimos o mercado interno responder positivamente a essas mudanças. Nós somos sonhadores e essas parcerias, como a do MDA, potencializa a realização desses sonhos. Com a feira vimos que temos um potencial enorme e que precisamos aprender cada dia mais”, destaca. No ano passado, foram produzidos pela Coaprocor quase 1,5 milhão de quilos de polpas de frutas, entre elas o maracujá e o abacaxi.

Coopcao

As amêndoas de cacau orgânico, produzidas em Belém, no Pará, já alcançou o exterior. Em 2010, a convite de uma fábrica de chocolates da Áustria, a Cooperativa de Produtores de Cacau Orgânico (Coopcao), participou pela primeira vez da Biofach, na Alemanha. A feira ampliou as possibilidades da cooperativa, que passou a existir formalmente, em 2012. “Antes, o cacau da transamazônica era visto como um cacau ruim. Depois que começamos o programa de introdução orgânica, passamos a trabalhar tanto a produção sustentável quanto a qualidade das amêndoas. A grande conquista que tivemos foi o reconhecimento da cacauicultura da região”, relata o coordenador comercial do empreendimento, Raimundo Silva.

Em 2016, na Biofach, a cooperativa quer retomar a parceria comercial com o cliente da Áustria. “A Biofach foi um caminho importante para nós. Neste ano, queremos retomar a parceria comercial que nós tínhamos e ainda mostrar para outros clientes a importância que o cacau tem para as famílias que representamos”, afirma.

Coodapis

Depois de participar da Biofach 2015, muita coisa mudou na Cooperativa para o Desenvolvimento do Nordeste (Coodapis). O empreendimento ganhou uma nova roupagem, a começar pela marca, que prioriza a origem familiar. “Fizemos uma mudança geral no design da cooperativa. Também aprimoramos os nossos folders e cartões de visita, pensando na sustentabilidade. O cartão tem cheiro de fruta e pode ser plantado se colocado em terra. É uma proposta diferente, mas queremos inovar”, explica o presidente-fundador do grupo, José Adelmo Cabral.

Para esta edição da feira, a cooperativa pernambucana vai levar, além do mel, a polpa congelada de umbu. “Queremos colocar o nosso produto, a nossa marca no mercado internacional, sem atravessadores, por isso pensamos em levar para a Alemanha um sabor

típico do país”, completa. Participam da cooperativa 368 agricultores familiares do sertão de Pernambuco e da Paraíba que, juntos, produzem mais de 250 toneladas de mel por ano.

Cootap

A feira alemã foi a porta de entrada da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (Cootap) ao mercado internacional. “A Biofach é uma oportunidade grandiosa porque mostramos a nossa produção, não apenas para o Brasil, mas para o mundo. Nas duas edições que fomos, conseguimos fechar vendas e prospectar outros negócios”, recorda o tesoureiro e responsável pela área comercial da cooperativa, Nelson Kuprinski. Só em 2015, foram exportadas 213 toneladas de arroz orgânico para os Estados Unidos, Venezuela e a Itália.

Criado em 1995, o empreendimento familiar conta com 470 famílias que, em aproximadamente cinco mil hectares, produzem por ano 20 milhões de quilos de arroz em casca certificado. “A oportunidade de comercializar para outros países fez com que a gente investisse mais nas áreas de produção, armazenagem e beneficiamento. Para quem produzia apenas para o mercado interno, ter condições, hoje, de exportar é um trabalho e tanto”, comenta.

Coopfam

O café orgânico da Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (Coopfam) já está presente em nove países, além do Brasil. Somente em 2015, o empreendimento familiar do sul de Minas Gerais exportou 13 mil sacas de grãos de café diretamente e outras 13 mil indiretamente, por meio de parceria comercial. Um dos grandes responsáveis para o sucesso da cooperativa no exterior foi a Biofach, como explica o presidente do grupo, Clemilson José Pereira. “Com a experiência da feira, mudamos e muito a nossa forma de negociar, de sentar junto, de apresentar o nosso produto e de como se comportar. A Biofach é um evento de orgânicos gigante e é impressionante o tamanho da criatividade e inovação que a gente tem oportunidade de conhecer e aprender por lá”.

O desafio da cooperativa nesta edição da feira é colocar o café industrializado no mercado internacional. “Temos uma marca nossa, lançada em 2014, que é o ‘Café Familiar da Terra’. Nossa expectativa é de, a partir da feira, conseguirmos comercializar o nosso produto acabado, com valor agregado”, conta Clemilson. Quase 400 famílias serão representadas pela cooperativa na Biofach 2016.

Cooperacre

Dois mil e dezesseis é um ano de muita expectativa para a Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (Cooperacre). A começar pelo aumento das castanhas do Brasil que serão processadas pelo empreendimento familiar. “Em 2015 produzimos 1,3 milhão de quilos da amêndoa. Esperamos que essa quantidade dobre, porque inauguramos a nossa terceira unidade de beneficiamento”, comenta a gerente de vendas da Cooperacre, Melisse Santos.

As castanhas do Brasil, produzidas no sudoeste da Região Norte do país, também fazem parte do catálogo de orgânicos expostos na Biofach, na Alemanha. Para a representante da cooperativa, estar na maior feira de orgânicos faz toda a diferença para o grupo que representa mais de cinco mil famílias de forma direta e indireta. “É uma questão de honra colocar na Biofach um produto do Acre, da agricultura familiar. Queremos mostrar que o Acre existe e que a agricultura familiar existe e dá certo”, afirma.

Esta é a quarta vez que o empreendimento participa do evento. As outras edições serviram de experiência e adequação para o grupo. “O cliente europeu gosta de saber da história por trás daquele produto, então adequamos a nossa embalagem e rotulagem para chegar a um nível melhor”, lembra. A Cooperacre também apresenta ao público da feira o catálogo de polpas de frutas congeladas. Ao todo, são nove sabores, entre eles o açaí, o cajá e a manga.

Exportações do agronegócio cresceram 8,7% em volume em janeiro deste ano. João Carlos Rodrigues. Site do MAPA. 05/02/2016.

Carne suína, celulose, milho e farelo de soja foram destaques dos embarques do setor. O volume das exportações brasileiras do agronegócio aumentou 8,7% em janeiro deste ano, em comparação com o mesmo mês de 2015. O número consta da balança comercial dos primeiros 31 dias de 2016, divulgada nesta sexta-feira (5) pela Secretária de Relações Internacionais do Agronegócio (SRI) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Em valores, o desempenho do comércio exterior do setor teve retração.

Segundo a SRI, as exportações de produtos agropecuários somaram US\$ 4,98 bilhões em janeiro deste ano. O valor é 11,7% inferior aos US\$ 5,64 bilhões alcançados no mesmo mês de 2015. “A queda ocorreu mesmo com volume recorde exportado de inúmeros

itens”, ressaltou a secretária de Relações Internacionais, Tatiana Palermo. “O decréscimo no valor embarcado ocorreu, sobretudo, por causa da diminuição dos preços médios de exportação dos produtos do setor”.

Ainda de acordo com os números da SRI, as importações também diminuíram, caindo de US\$ 1,24 bilhão em janeiro de 2015 para US\$ 913,09 milhões no mês passado. É o menor valor importado desde 2010 para os meses de janeiro, conforme a secretaria.

Os dados divulgados pelo Mapa mostram também que o saldo comercial da balança do agronegócio foi de US\$ 4,07 bilhões em janeiro deste ano. Esse resultado foi US\$ 332,20 milhões inferior ao registrado no mesmo mês de 2015.

No mês passado, os cinco primeiros setores exportadores do agronegócio em valores foram carnes (18,6% do total embarcado), produtos florestais (16,2%), cereais, farinhas e preparações (16%), complexo soja (12,5%) e complexo sucroalcooleiro (9,8%). Essas cinco cadeias produtivas, destaca a SRI, foram responsáveis por 73,1% do valor total exportado em janeiro de 2016.

Em volume exportado, as carnes de frango, bovina e suína tiveram, respectivamente, crescimento de 14,8%, 10% e 65,3% em janeiro deste ano. Os mercados que mais contribuíram para o crescimento da carne suína foram Hong Kong, China, Cingapura e Argentina.

Recordes

O mês passado registrou ainda quantidade recorde de exportação de celulose para janeiro. Os embarques totalizaram 1 milhão de toneladas.

O milho foi outro produto que registrou recorde em volume para o mês de janeiro, com 4,46 milhões de toneladas. O Brasil também teve volume recorde de farelo de soja embarcado no mês passado, com 1,18 milhão de toneladas.

Entre os países, o maior importador de produtos do agronegócio brasileiro em janeiro passado foi a China. As exportações para o país asiático subiram de US\$ 377,19 milhões em igual mês de 2015 para US\$ 523,84 milhões em janeiro de 2016 (+38,9%). A participação do país subiu para 10,5% no mês. Outros países também tiveram expansão: França (+63,6%), Egito (+54%), Japão (+52,3%), Argentina (+7,2%) e Tailândia (+1,6%).

Políticas públicas, orgânicos e agricultura familiar na Biofach. Juliana Reis e Adolfo Brito. Site do MDS. 11/02/2016.

Visitantes da Biofach conhecem produtos da agricultura familiar brasileira

Teria o Brasil algo a dizer ao mundo sobre políticas públicas e o cultivo de alimentos orgânicos e sustentáveis? Claro! Por este motivo, a experiência brasileira na criação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) e nas formas de comercialização foi debatida junto a espectadores de vários países nesta quarta-feira (11), na Alemanha. O fórum ‘Políticas governamentais para agricultura orgânica no Brasil’, foi apresentado pelo coordenador de Abastecimento e Comercialização MDA, Igor Teixeira, durante a Biofach.

O painel tratou das ações de apoio à cultura orgânica e agroecológica promovidas pelo governo brasileiro. “Foi uma oportunidade boa para apresentarmos a nossa plataforma de estímulo à produção, consumo e comercialização de produtos orgânicos e de base agroecológica. Conseguimos expor resultados do nosso trabalho junto à agricultura familiar, especialmente junto a cooperativas e grupos de produtores”, pontua Igor Teixeira.

Ganharam destaque no fórum: a campanha Brasil Orgânico Sustentável e o fortalecimento da identidade dos produtos orgânicos e da agricultura familiar para as Olimpíadas 2016, no Rio de Janeiro e a inserção da produção orgânica e agroecológica nos programas de compras públicas - como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Além de apresentar algumas ferramentas de políticas públicas vigentes no Brasil, a reunião serviu para que o público de outros países pudesse conhecer e entender as particularidades da agricultura familiar brasileira, do ponto de vista da organização social e produtiva e do acesso a programas de comercialização e assistência técnica.

Participação

A agricultora Michele Damascena está na Biofach, representando a Cooperativa para o Desenvolvimento da Apicultura do Nordeste (Coodapis), com sede em Tabira (PE). Ela participou do fórum, onde teve a oportunidade de falar para as pessoas sobre o trabalho da cooperativa, que tem como principal produto, o mel orgânico.

Para ela, o momento foi mais que especial. “A gente entende que uma oportunidade como essa não acontece sempre, e essa participação fez com que a nossa marca fosse divulgada

mundialmente”, conta Michele ao falar que o mel e as polpas de frutas, produzidos pela Coodapis, têm despertado o interesse de quem passa pela feira.

“Durante a apresentação, em alguns momentos, notei que as pessoas estavam bastante interessadas, tanto na cultura quanto no trabalho social da cooperativa”, comemora a agricultora ao salientar que, atualmente, a Coodapis atende a 368 agricultores familiares do sertão de Pernambuco e da Paraíba. Eles chegam a produzir 250 toneladas de mel por ano.

Biofach 2016

A BioFach prossegue até sábado (13), em Nuremberg, na Alemanha. A feira, considerada a maior de alimentos orgânicos e sustentáveis do mundo, está em sua 27ª edição. Há 12 anos o MDA e a agricultura familiar brasileira marcam presença no evento.

Nesta edição, oito cooperativas da agricultura familiar expõem seus produtos na feira, trazendo representatividade para mais de seis mil famílias de produtores familiares de base orgânica do Brasil.

Monsanto pagará multa de US\$ 80 milhões para governo dos EUA. Site do MST. 10/02/2016.

Enquanto isso, no Brasil, Kátia Abreu continua barrando pedidos de suspensão contra o glifosato e outros agrotóxicos.

A americana Monsanto, maior empresa de sementes do mundo, concordou nesta terça-feira (10) em pagar uma multa de US\$ 80 milhões para encerrar as investigações nos Estados Unidos sobre violação de regras contábeis e distorção de informações financeiras referentes aos produtos de sua marca de herbicida, a Roundup.

Investigações da Securities and Exchange Commission (SEC, na sigla em inglês) — órgão equivalente à CVM no Brasil — descobriram que a Monsanto lançou em 2009 um programa de incentivos por meio de descontos que tinha o objetivo de promover sua marca Roundup em uma época que o produto estava perdendo espaço no mercado para outros concorrentes que vendiam a preços mais baratos.

Segundo o órgão americano, a Monsanto não tinha controles contábeis internos suficientes sobre os descontos dados a varejistas e distribuidores e não registrou os custos desses incentivos nas vendas da Roundup divulgadas nos balanços financeiros de três anos.

A SEC não divulgou o valor dos lucros distorcidos pela empresa. A Monsanto aceitou pagar a multa estabelecida pelo órgão, mas a empresa e seus executivos continuam negando as acusações de violação.

Glifosato

No ano passado, a Agência Internacional para Investigação sobre Câncer (IARC, sigla em inglês), instituição especializada da Organização Mundial de Saúde(OMS), confirmou a relação direta do agrotóxico glifosato como agente potencial de câncer em humanos e animais.

O herbicida, produzido há mais de 20 anos pela multinacional Monsanto, é o mais utilizado na agricultura mundial, em produtos como soja, trigo, arroz, milho, uva, banana, cacau, café.

Diante das diversas pesquisas nos últimos anos sobre os malefícios do glifosato, diversos países do mundo já proibiram sua aplicação nas plantações agrícolas.

No Brasil, o Ministério Público Federal (MPF) pediu em março do ano passado a suspensão do uso do glifosato e mais 8 agrotóxicos como parationa metílica, lactofem, forato, carbofurano, abamectina, tiram, paraquate e o 2,4-D. A medida visava obrigar a Anvisa a reavaliar a toxicidade de ingredientes ativos suspeitos de causar danos à saúde humana e ao meio ambiente.

Porém, pressões realizadas pelo Ministério da Agricultura sob o comando da ministra Kátia Abreu pretende ampliar as facilidades já existentes para a liberação de agrotóxicos e manutenção no mercado nacional de substâncias que, como o glifosato, estão sendo banidas em outras partes do mundo.

Começou a Biofach. Adolfo Brito. Site do MDA. 10/02/2016.

Teve início, oficialmente, nesta quarta-feira (10), mais uma edição da Biofach. O evento, realizado em Nuremberg, na Alemanha, é a maior feira de alimentos orgânicos e produção sustentável do mundo. Até o próximo sábado (13), os trabalhos de oito empreendimentos de agricultores familiares brasileiros estarão expostos no estande do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Café, mel, amêndoas de cacau, castanha do Brasil, polpas e sucos concentrados de frutas são alguns dos itens que vão representar a produção orgânica brasileira, durante o evento.

O coordenador de Abastecimento e Comercialização da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA), Igor Teixeira, participou da abertura do evento e acompanha de perto o trabalho dos expositores brasileiros. Para ele, a feira é uma oportunidade desses agricultores familiares conquistarem novos mercados. “Do ponto de vista da qualificação e aprendizado, esse tempo aqui na feira vai trazer ganhos extremamente relevantes, no que diz respeito ao entendimento do que esse exigente mercado europeu e internacional quer de produtos orgânicos, com viés sustentável, biológico e agroecológico”, observa. Igor Teixeira destaca que a participação do Brasil na Biofach celebra o sucesso dos investimentos do governo federal para a agricultura familiar. “Isso coroa a contribuição que o nosso conjunto de políticas e programas tem dado para esses empreendimentos na linha do assessoramento técnico, da qualificação e da gestão,” comenta ao lembrar as ações que o Ministério do Desenvolvimento Agrário desenvolve para estimular a produção orgânica brasileira. “O nosso interesse é apoiar esses empreendimentos, dar uma retaguarda, para que eles consigam estabelecer contatos que permitam o fechamento de negócios ou talvez, quem sabe, num contato futuro para conhecimento do empreendimento, do produto e da base social”, conclui.

De Minas para o Mundo

A agricultora familiar Edivânia Fernandes é uma das representantes da Coopfam, um dos empreendimentos selecionados para a Biofach. Ela está otimista e espera, além de divulgar a qualidade e o sabor do café que produz, que a feira abra novas portas no mercado internacional. “Com esse café a gente está levando a nossa marca e expondo a cooperativa internacionalmente”, comemora a jovem, 24 anos, ao falar que sua principal expectativa é fazer contatos para ampliar a comercialização do ‘Café Familiar da Terra’. O café orgânico da Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (Coopfam) é um dos produtos expostos na Biofach. O ‘Café Familiar da Terra’ já está presente em nove países, além do Brasil. Somente no ano passado, o empreendimento familiar do Sul de Minas Gerais exportou 13 mil sacas de grãos de café diretamente, e outras 13 mil indiretamente, por meio de parceria comercial.

Políticas públicas, orgânicos e agricultura familiar na Biofach. Juliana Reis e Adolfo Brito. Site do MDA. 11/02/2016.

Teria o Brasil algo a dizer ao mundo sobre políticas públicas e o cultivo de alimentos orgânicos e sustentáveis? Claro! Por este motivo, a experiência brasileira na criação do

Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) e nas formas de comercialização foi debatida junto a espectadores de vários países nesta quarta-feira (11), na Alemanha. O fórum ‘Políticas governamentais para agricultura orgânica no Brasil’, foi apresentado pelo coordenador de Abastecimento e Comercialização MDA, Igor Teixeira, durante a Biofach.

O painel tratou das ações de apoio à cultura orgânica e agroecológica promovidas pelo governo brasileiro. “Foi uma oportunidade boa para apresentarmos a nossa plataforma de estímulo à produção, consumo e comercialização de produtos orgânicos e de base agroecológica. Conseguimos expor resultados do nosso trabalho junto à agricultura familiar, especialmente junto a cooperativas e grupos de produtores”, pontua Igor Teixeira.

Ganharam destaque no fórum: a campanha Brasil Orgânico Sustentável e o fortalecimento da identidade dos produtos orgânicos e da agricultura familiar para as Olimpíadas 2016, no Rio de Janeiro e a inserção da produção orgânica e agroecológica nos programas de compras públicas - como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Além de apresentar algumas ferramentas de políticas públicas vigentes no Brasil, a reunião serviu para que o público de outros países pudesse conhecer e entender as particularidades da agricultura familiar brasileira, do ponto de vista da organização social e produtiva e do acesso a programas de comercialização e assistência técnica.

Participação

A agricultora Michele Damascena está na Biofach, representando a Cooperativa para o Desenvolvimento da Apicultura do Nordeste (Coodapis), com sede em Tabira (PE). Ela participou do fórum, onde teve a oportunidade de falar para as pessoas sobre o trabalho da cooperativa, que tem como principal produto, o mel orgânico.

Para ela, o momento foi mais que especial. “A gente entende que uma oportunidade como essa não acontece sempre, e essa participação fez com que a nossa marca fosse divulgada mundialmente”, conta Michele ao falar que o mel e as polpas de frutas, produzidos pela Coodapis, têm despertado o interesse de quem passa pela feira.

“Durante a apresentação, em alguns momentos, notei que as pessoas estavam bastante interessadas, tanto na cultura quanto no trabalho social da cooperativa”, comemora a agricultora ao salientar que, atualmente, a Coodapis atende a 368 agricultores familiares

do sertão de Pernambuco e da Paraíba. Eles chegam a produzir 250 toneladas de mel por ano.

Biofach 2016

A BioFach prossegue até sábado (13), em Nuremberg, na Alemanha. A feira, considerada a maior de alimentos orgânicos e sustentáveis do mundo, está em sua 27ª edição. Há 12 anos o MDA e a agricultura familiar brasileira marcam presença no evento.

Nesta edição, oito cooperativas da agricultura familiar expõem seus produtos na feira, trazendo representatividade para mais de seis mil famílias de produtores familiares de base orgânica do Brasil.

União Africana adota modelo brasileiro de alimentação escolar. Site do MDS. 11/02/2016.

Brasília - Reunida na 26ª Assembleia da União Africana no final de janeiro em Adis Abeba, na Etiópia, a maior cúpula de países africanos decidiu adotar o modelo brasileiro de alimentação escolar, que associa a produção local de alimentos ao fornecimento de merenda escolar. A decisão tem inspiração na experiência brasileira do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) apresentou a uma delegação da União Africana em visita ao Brasil, em agosto de 2015.

O objetivo desses programas é fomentar as economias locais, gerar renda, com incentivos à agricultura familiar e de pequeno e médio porte e melhorar a segurança alimentar, sobretudo entre crianças e adolescentes em diversos países.

Arnoldo de Campos, secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS acredita que a decisão da cúpula africana sinaliza que o governo federal está no caminho certo. “É uma honra muito grande ver nossas políticas de segurança alimentar se transformarem em exemplo para outros países”, disse. “Espero que possamos continuar inovando em nossas políticas públicas, com soluções que ajudam a melhorar a vida das pessoas. Dessa forma poderemos continuar fazendo do Brasil um bom exemplo para outros países que queiram enfrentar a fome e a pobreza.”

A Cúpula da União Africana também criou o Dia Africano da Alimentação Escolar, que será celebrado em 1º de março. Além disso, um comitê técnico de especialistas africanos

vai realizar um estudo geral sobre o impacto de iniciativas de merenda escolar no continente. Essa ação será realizada com o apoio do Centro de Excelência contra a Fome e do Programa Mundial de Alimentos, da Organização das Nações Unidas (ONU), que são parceiros do MDS na identificação e replicação de estratégias de combate à pobreza e à fome no mundo.

No Brasil, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) garantiu, em 2014, merenda para 42,2 milhões de alunos em todo o país. É o maior e mais antigo programa do mundo, com cobertura universal e refeições gratuitas aos alunos. Desde 2009, a lei 11.947 estabelece que pelo menos 30% dos recursos para a merenda escolar sejam utilizados na aquisição de produtos da agricultura familiar.

Em 2014, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) investiu cerca de R\$ 3,7 bilhões no programa de merenda escolar. Assim, mais de R\$ 1 bilhão transformase em renda para os agricultores familiares em todo o país. A medida também garante alimentação saudável para crianças, adolescentes e adultos matriculados em escolas públicas.

13 países africanos vieram ao Brasil em 2015 – Dentre o total de 61 delegações recebidas pelo MDS ano passado, 38 trataram de temas relacionados à erradicação da fome, como merenda escolar, agricultura familiar, cisternas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Países como Moçambique, Níger, Etiópia, Malawi e Senegal já desenvolvem o chamado PAA África, que incentiva a produção local com a compra de alimentos para ações de segurança alimentar. A parceria envolve os governos do Brasil e os países membros de organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, o Programa Mundial de Alimentos e a cooperação britânica.

Japão quer investir em projetos agrícolas no Matopiba. Inez De Podestà. Site do MAPA. 11/02/2016.

Brasil e Japão vão assinar no final deste mês um memorando de cooperação para agricultura e alimentação com base em estudos e projetos para viabilizar investimentos japoneses na região do Matopiba. A área está situada nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e vem se destacando na produção de grãos, como soja, milho, algodão e arroz.

A assinatura ocorrerá durante encontro em Palmas (TO), no próximo dia 29, e contará com a presença da ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e do vice-ministro de Assuntos Internacionais do Ministério da Agricultura, Florestas e Pesca do Japão, Hiromichi Matsushima.

O memorando será assinado durante o Seminário Brasil – Japão: intercâmbio econômico e comercial em agricultura e alimentos. Trata-se de um evento que apresentará para executivos das empresas japonesas com atuação no Brasil e em fundos de investimento japoneses as oportunidades oferecidas pelo agronegócio brasileiro, com destaque para o Matopiba.

Na oportunidade, também será anunciada a criação da Frente Municipalista dos Prefeitos da região do Matopiba.

Reunião bilateral

Paralelamente ao seminário, ainda no dia 29, será realizada uma reunião bilateral sobre temas sanitários e fitossanitários. No dia 1º de março (terça-feira), os japoneses vão fazer uma visita técnica a empreendimentos do agronegócio e conhecer as potencialidades da região.

O evento contará com a presença dos governadores do Maranhão, Flávio Dino, de Tocantins, Marcelo Miranda, do Piauí, Wellinton Dias, e da Bahia, Rui Costa. Os presidentes da Embrapa, Maurício Lopes, e da Conab, Lineu Olímpio de Souza, além dos representantes da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) e do Banco Japonês para Cooperação Internacional (JBIC), também estarão no encontro.

Expertise brasileira é modelo para criação de sistema de produção e comercialização em El Salvador. Site da CONAB. 12/02/2016.

As políticas públicas de apoio à produção e comercialização agrícola executadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) podem ajudar El Salvador na elaboração de um sistema de abastecimento e comercialização do feijão vermelho, um dos principais produtos consumidos no país. Com objetivo de buscar a expertise brasileira nas ações de abastecimento, a embaixadora de El Salvador no Brasil, Diana Vanegas, se reuniu com representantes da Companhia nesta sexta-feira (12).

"Precisamos desenvolver um sistema de ações que consiga maximizar os potenciais do setor agrícola, diminuindo a dependência na importação do feijão vermelho a ponto da própria produção ser capaz de abastecer o consumo interno, garantindo o fortalecimento

dos agricultores e, ao mesmo tempo, a segurança alimentar da população", ressaltou a embaixadora.

Durante o encontro, foi ressaltada a necessidade de um diagnóstico da atual situação de mercado do produto em El Salvador, para que sejam definidas as ações que sustentarão o sistema a ser criado. "Tão importante quanto criar a estrutura de comercialização e abastecimento, é estabelecer os mecanismos de atuação, que darão suporte à atuação", destacou o gerente substituto de Gestão da Oferta da Companhia, Stelito Reis Neto.

A expectativa do governo de El Salvador é construir um plano operacional para implementar ações concretas que fortaleçam o sistema agrícola e alimentar do feijão vermelho.

Rússia suspende importações de soja e milho dos EUA. Priscilla Mendes. Site do MAPA. 12/02/2016.

A autoridade sanitária russa, Rosselkhoznadzor, decretou restrição temporária às importações de soja e milho provenientes dos Estados Unidos.

As restrições começam a vigorar a partir da próxima segunda-feira (15/02). Para adoção da medida, a autoridade russa alega razões fitossanitárias (risco quarentenário e, no caso da soja, de entrada de organismos geneticamente modificados não autorizados).

O ministro da Agricultura da Rússia, Aleksander Tkatchev, informou à imprensa local que pretende substituir as importações norte-americanas de soja e milho pelas de países da América Latina, entre eles o Brasil – maior exportador mundial da oleaginosa em 2015, com 54,3 milhões de toneladas embarcadas. Na temporada 2014/2015, a colheita brasileira foi de 96,2 milhões de toneladas. No ciclo passado, a produção de milho alcançou 84,6 milhões de toneladas.

Em 2014, a Rússia importou um total de US\$ 1,14 bilhão (2 milhões de toneladas) de soja em grãos, dos quais US\$ 215 milhões (390 mil toneladas) foram adquiridas dos EUA, o terceiro maior país exportador de soja em grãos ao mercado russo. O principal fornecedor foi o Paraguai (US\$ 533 milhões/965 mil toneladas), seguido do Brasil, que exportou US\$ 312 milhões (516 mil toneladas).

O mercado de milho é significativamente menor. Em 2014, a Rússia importou do mundo 6 mil toneladas de milho, totalizando US\$ 5 milhões. Grande parte foi proveniente dos EUA, que exportaram àquele país US\$ 4 milhões (4 mil toneladas).

Expositores comemoram participação do Brasil na Biofach. Adolfo Brito. Site do MDA, 15/0/2016.

Estande da agricultura familiar brasileira na Biofach

Chegou ao fim, mais uma edição da maior feira de produtos orgânicos do mundo, a Biofach. Realizado em Nuremberg, na Alemanha, o evento reuniu durante quatro dias produtores orgânicos de todo o mundo. O Brasil foi representado por sete cooperativas que mostraram o trabalho e sabores da agricultura familiar no estande montado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Para os expositores o saldo da 12ª participação brasileira foi positivo.

Durante todo o evento, os agricultores receberam apoio do MDA. O analista de Comércio Exterior da Assessoria para Assuntos Internacionais e de Promoção Comercial do MDA, Yuri Balzani, acompanhou tudo de perto.

Segundo ele, o sucesso da participação das cooperativas mostra o crescimento da produção orgânica da agricultura familiar brasileira, que a cada dia ganha maior expressão no mercado internacional. “Três cooperativas fecharam negócios, durante a feira, e a gente avalia que isso é bem relevante”, destaca Yuri ao lembrar que fechar negócio numa feira internacional nem sempre é uma coisa simples. Para Yuri Balzani, as cooperativas que não firmaram contratos de venda fizeram importantes contatos com gente de todo o mundo, o que deve render bons negócios ao longo do ano.

De acordo com o analista, o Brasil passou credibilidade com os produtos que foram apresentados ao mercado internacional. “A gente atribui isso a qualidade dos produtos trazidos e por toda estrutura que montamos aqui, que dá uma segurança para o comprador, que vê que é uma coisa séria”, observa Yuri Balzani.

Expositores

Carlos Alves representou a Cooperativa Agroindustrial de Produtores de Corumbataí do Sul e Região (Coaprocor). A cooperativa foi uma das que fecharam negócios com outros países. No estande do MDA, eles expuseram polpas congeladas e produtos feitos das quatro principais frutas que produzem: abacaxi, maracujá, manga e acerola. Mas, segundo ele, foi a frutinha vermelha que roubou a cena. “A reação foi interessante, a acerola é um produto muito procurado na Europa”, conta o agricultor familiar ao falar que o

produto é muito usado na Europa para o enriquecimento de sucos, bem como na indústria farmacêutica e cosmética - que buscam na acerola o poder antioxidante da vitamina C. Essa é a segunda vez que a Coaprocor participa da feira. Para Carlos Alves, o sucesso no evento se deve ao apoio oferecido pelo MDA. “A feira nos colocou de cara com o mundo, uma coisa que não seria possível se não fosse o trabalho do ministério como um todo”, diz ele ao comentar que neste ano o estande brasileiro favoreceu ainda mais a exposição dos produtos. Para o ano que vem a cooperativa já planeja ampliar a oferta de produtos orgânicos no evento.

Outro produto que fez sucesso foi a Castanha do Brasil, a nossa Castanha do Pará. O produto foi levado à feira pela Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (Cooperacre). A representante da cooperativa, Melisse Santos, comemora os bons contatos feitos. “Só do Japão foram cinco pessoas interessadas”, revela a agricultora familiar ao falar que o sabor da castanha conquistou o paladar japonês.

Também teve moda

A Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (Apaeb), levou para a Biofach artesanato e bolsas feitas de sisal por agricultores familiares do nordeste baiano. Segundo o representante da associação, Iran Oliveira, os produtos da fibra de sisal despertaram muito interesse de quem passou pela Biofach. “Como tem muitos alimentos, o povo vê que tem algo diferente e vem logo olhar”, comemora Iran.

De acordo com ele, se depender dos contatos feitos, em breve as bolsas brasileiras estarão fazendo sucesso entre as europeias. “Os clientes têm pedido muito por outras opções de bolsas, além das que a gente tem aqui. Opções inclusive mais baratas e também mais sofisticadas, conta. “Foi muito interessante os contatos que fizemos e a gente espera que dê negócio”, conclui, ao falar que em breve as bolsas deverão ser exportadas para Inglaterra e Alemanha.

Brasil deve voltar a vender carne bovina para a Arábia Saudita este mês. Inez De Podestà. Site do MAPA. 15/02/2016.

Estimativa é que os embarques cheguem a US\$ 42 milhões em 2016

Os primeiros embarques de carne bovina do Brasil para a Arábia Saudita devem ser realizados ainda neste mês. O setor estima que as exportações do produto para aquele país alcancem US\$ 42 milhões em 2016. O potencial para os próximos anos, de acordo com

cálculos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), chega a US\$ 74 milhões.

A lista dos 49 frigoríficos habilitados – tanto para carne in natura quanto para industrializada – foi divulgada no site da Autoridade Saudita de Alimentos e Medicamentos (SFDA), no último dia 25. A expectativa é que a quantidade de estabelecimentos aumente nas próximas semanas.

Os sauditas habilitaram nove estabelecimentos em Mato Grosso do Sul, seis em Mato Grosso, cinco em Minas Gerais, dois no Rio Grande do Sul, dois em Rondônia, dois no Paraná, 10 em São Paulo, oito em Goiás, três no Pará e um em Tocantins.

A reabertura do mercado saudita é o resultado das negociações da ministra Kátia Abreu com o ministro da Agricultura do Reino da Arábia Saudita, Abdulrahman Al Fadhlyé, em novembro do ano passado. A Arábia Saudita suspendeu a importação de carne bovina brasileira após um caso atípico de doença da vaca louca em 2012.

Em 2014, a Arábia Saudita importou do mundo um total de US\$ 497 milhões (127 mil toneladas) de carne bovina (in natura e industrializada). Os principais países exportadores foram a Índia (US\$ 251 milhões/73 mil toneladas) e a Austrália (US\$ 156 milhões/33 mil toneladas).

Em 2015, o Brasil exportou um total de US\$ 5,3 bilhões de carne bovina (1,2 milhão de toneladas), principalmente para Hong Kong, Egito, Rússia, Venezuela, China, Irã e União Europeia (UE).

Embarques de café torrado e moído crescem 147% em janeiro. Inez De Podestà. Site do MAPA. 16/02/2016.

Dado consta de informe estatístico divulgado pela Secretaria de Política Agrícola do Mapa

As exportações brasileiras de café torrado e moído alcançaram cerca de 2,3 mil sacas de 60 kg em janeiro deste ano. O volume representa um aumento de 147,42% na comparação com o mesmo período de 2015, quando foram embarcadas 912 sacas. Em janeiro, o produto representou 8% do comércio exterior do agronegócio brasileiro. A União Europeia foi o principal mercado importador do café embarcado. Outros mercados são os Estados Unidos, Japão, Turquia e Canadá.

O preço pago ao produtor se mantém estável, em média R\$ 491,31 para o arábica e R\$ 389,07 o conilon.

As vendas externas totais do produto – somando café verde e industrializado – chegaram a 2,7 milhões de sacas no mês passado, com recuo de 7,6% ante um ano antes (2,98 milhões de sacas).

Os dados constam do Informe Estatístico do Café, publicado mensalmente pela Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Na publicação estão consolidados números de produção, área plantada, produtividade, consumo interno, estoques públicos e privados, preços e o ranking de produção e consumo mundiais.

Brasil e Argentina discutem estratégias de abertura de mercados para produtos agropecuários. Fernanda Tallarico. Site do MAPA. 17/02/2016.

Países pretendem acelerar tratativas para acordos com a União Europeia, China e Rússia. A secretária de Relações Internacionais do Agronegócio, Tatiana Palermo, o secretário de Política Agrícola, André Nassar, e o secretário de Defesa Agropecuária Luis Rangel, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), receberam nesta quarta-feira (17) a comitiva do secretário da Agricultura, Pecuária e Pesca do Ministério da Agroindústria da Argentina, Ricardo Negri, para estreitar a relação bilateral. O principal objetivo foi construir uma agenda conjunta para impulsionar o comércio internacional de produtos agropecuários.

O governo do novo presidente da Argentina, Mauricio Macri, acredita que o agronegócio será o vetor de desenvolvimento do país. Por isso, a Argentina propõe a construção de uma ambiciosa agenda de negociações comerciais com grandes mercados importadores de produtos agropecuários. Os dois ministérios concordam que as tratativas com a União Europeia, China e Rússia, além de outros mercados, devem ter prioridade na pauta dos governos.

A Argentina propõe, ainda, a retomada do mecanismo de consultas bilaterais em matéria sanitária e fitossanitária, entre os dois ministérios, criado em 2010. Além disso, sugere a coordenação das posições dos dois países em fóruns internacionais. “Como Brasil e Argentina são grandes exportadores de alimentos, com a construção de uma agenda comum, teremos voz mais ativa nos organismos internacionais como o Codex Alimentarius, Comitê da Organização Mundial do Comércio (OMC) e na Organização Mundial de Saúde Animal (OIE)”, destacou Tatiana Palermo.

O governo argentino garantiu apoio ao Brasil no grupo de análise de risco sanitário e fitossanitário no âmbito da Junta Interamericana de Agricultura, que engloba todos os países das Américas. O secretário Rangel destacou a importância de ferramentas de alerta rápido e da harmonização de entendimentos e procedimentos na área sanitária e fitossanitária.

O secretário André Nassar apontou o interesse do Mapa em estreitar cooperação com a Argentina na área de infraestrutura e logística para o escoamento de produtos agropecuários, que foi bem recebido pelos argentinos. Os visitantes também ressaltaram a relevância da cooperação técnico-científica entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (Inta).

Para a reunião em Brasília, vieram da Argentina, além do secretário Ricardo Negri, a secretária de Mercados Agroindustriais, Marisa Bircher, o diretor nacional de Relações Agroalimentares Internacionais do Ministério de Agroindústria, Omar Ernesto Odarda, e o diretor nacional de Proteção Vegetal do Serviço Nacional de Sanidade e Qualidade Agroalimentar, Diego Quiroga.

Delegação da Rússia vem ao Brasil conhecer área de produção de soja. Inez De Podestà. Site do MAPA. 17/02/2016.

Visita pode aumentar embarques do grão para aquele mercado

Uma missão russa vem ao Brasil em março para conhecer a produção de soja. A visita poderá resultar no aumento das exportações brasileiras do grão para o mercado da Rússia. A visita de técnicos do Serviço Federal de Supervisão Veterinária e Fitossanitária (Rosselkhozadzor) da Rússia ocorrerá de 1º e 3 de março. Nesse período, a missão russa se reunirá com especialistas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e conhecerá uma unidade produtora de soja e farelo de soja que já exporta para aquele país.

O governo da Rússia esclarece que não se trata de uma inspeção, mas de uma visita para troca de informação e conhecimento. Recentemente, especialistas russos visitaram o Paraguai com propósito semelhante.

No último dia 12, o Ministério da Agricultura divulgou que a autoridade sanitária russa decretou restrição temporária às importações de soja e milho dos Estados Unidos – o que abre a possibilidade de que outros países, como o Brasil, exportem os grãos para a Rússia.

Brasil e Alemanha ampliam debate sobre ODS. Letícia Verdi. Site do Ministério do Meio Ambiente. 18/02/2016

Interessados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e em governança global têm uma ótima oportunidade para ampliar seu conhecimento sobre o tema. Na próxima quarta-feira (24/02), acontece em Brasília a Conferência sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), no contexto do programa de gestão em governança global, em inglês Managing Global Governance (MGG), promovido pelo Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha (BMZ) e implementado pelo Instituto Alemão de Desenvolvimento (DIE).

O evento é uma realização do Ministério do Meio Ambiente (MMA) em parceria com o DIE. Podem participar interessados em geral, além de ex-alunos do programa MGG. O objetivo é trocar experiências sobre a implementação dos ODS no Brasil. Serão debatidos assuntos como erradicação da pobreza e redução da desigualdade no Brasil; promoção da dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável; e o que a experiência brasileira nos ensina.

Os 17 objetivos e 169 metas para o desenvolvimento sustentável foram acordados em setembro de 2015 pelos países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), para serem cumpridos até 2030. Têm abrangência mundial e buscam refletir todas as grandes problemáticas sociais, como a erradicação da pobreza e da fome, a promoção da educação de qualidade, o saneamento básico e a energia acessível e limpa. Os ODS substituem os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

O programa MGG é um curso de formação avançada que reúne jovens profissionais de diferentes países. Sua finalidade é apoiar o desenvolvimento de futuros líderes, a partir do diálogo e colaboração sobre os desafios da governança global. Segundo a analista ambiental da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA, Camila Oliveira, que participou da 11ª edição em Bonn (Alemanha) em 2013, o curso proporciona um aprendizado técnico, além de práticas de gestão e negociação, em um ambiente multicultural. “Aprendemos a lidar com problemas globais e a buscar soluções comuns para contextos diferentes”, conta.

**Brasil e Argentina estudam ação conjunta no agronegócio – Site O Globo.
18/02/2016**

Representantes dos dois países se reuniram em Brasília. Tratativas com UE, China e Rússia devem ter prioridade na pauta.

Brasil e Argentina pretendem estreitar a relação bilateral no agronegócio, desenvolvendo uma agenda conjunta para impulsionar o comércio internacional de produtos. Esse foi o principal foco de encontro realizado na quarta-feira (17) em Brasília (DF), com representantes dos dois países.

Conforme o Ministério da Agricultura brasileiro, o governo do novo presidente da Argentina, Mauricio Macri, acredita que o agronegócio será o vetor de desenvolvimento do país. Nesse sentido, a Argentina propõe a construção de uma ambiciosa agenda de negociações comerciais com grandes mercados importadores de produtos agropecuários. Os dois ministérios concordam que as tratativas com a União Europeia, China e Rússia, além de outros mercados, devem ter prioridade na pauta dos governos.

A Argentina propõe, ainda, a retomada do mecanismo de consultas bilaterais em matéria sanitária e fitossanitária, entre os dois ministérios, criado em 2010, informa o ministério, em nota. Além disso, sugere a coordenação das posições dos dois países em fóruns internacionais. O governo argentino garantiu apoio ao Brasil no grupo de análise de risco sanitário e fitossanitário no âmbito da Junta Interamericana de Agricultura, que engloba todos os países das Américas. O Ministério da Agricultura do Brasil mostrou interesse em estreitar cooperação com a Argentina na área de infraestrutura e logística para o escoamento de produtos agropecuários. Os visitantes também ressaltaram a relevância da cooperação técnico-científica entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (Inta).

Pelo Brasil, participaram da reunião a secretária de Relações Internacionais do Agronegócio, Tatiana Palermo, o secretário de Política Agrícola, André Nassar, e o secretário de Defesa Agropecuária, Luis Rangel, todos do Ministério da Agricultura. A comitiva do secretário da Agricultura, Pecuária e Pesca do Ministério da Agroindústria da Argentina, Ricardo Negri, teve, ainda, a participação da secretária de Mercados Agroindustriais, Marisa Bircher, o diretor nacional de Relações Agroalimentares Internacionais do Ministério de Agroindústria, Omar Ernesto Odarda, e o diretor nacional de Proteção Vegetal do Serviço Nacional de Sanidade e Qualidade Agroalimentar, Diego Quiroga.

Audiência pública do julgamento contra o Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos é realizada na Costa Rica. Livia Barreto – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 19/02/2016

O Estado brasileiro é réu na Corte Interamericana de Direitos Humanos, acusado de omissão no caso de denúncia de trabalho escravo na fazenda Brasil Verde, no Pará, e o desaparecimento de dois jovens que tentaram escapar da propriedade. As denúncias contra a fazenda se iniciaram ainda em 1989 e as graves irregularidades apontadas pelas autoridades de fiscalização ainda não foram reparadas pelo governo federal.

A audiência pública deste primeiro julgamento internacional contra o Brasil sobre trabalho escravo na Corte Interamericana de Direitos Humanos começou ontem (18), e tem previsão de término ainda hoje (19), em San José, Costa Rica. Veja a seguir a tradução sobre as informações do caso, como contam no site da corte.

O caso se relaciona com a suposta omissão e negligência em investigar diligentemente uma suposta prática de trabalho forçado e servidão por dívidas na Fazenda Brasil Verde, localizada no norte do estado do Pará, assim como o desaparecimento de dois trabalhadores da citada fazenda. Segundo se alega, os fatos do caso se enquadram em um contexto em que dezena de milhares de trabalhadores eram submetidos anualmente a trabalho escravo. Dentro desse contexto, em fevereiro de 1898, março de 1993, novembro de 1996, abril e novembro de 1997 e março de 2000 se realizaram visitas ou fiscalizações por parte de autoridades estatais na Fazenda Brasil Verde para constatar as condições nas quais se encontravam os trabalhadores. Segundo se alega, os trabalhadores que conseguiram fugir declararam a existência de ameaças de morte no caso do abandonarem a fazenda, o impedimento que tinham de sair livremente, a falta de salário ou a existência de um salário ínfimo, o endividamento com o proprietário, a falta de vivenda, alimentação e saúde dignas, entre outros. Segundo se alega, esta situação se atribui internacionalmente ao Estado do Brasil, pois este teve o conhecimento dessas práticas em geral e especificamente na Fazenda Brasil Verde desde 1989, e, apesar do dito conhecimento, o Estado não adotou as medidas razoáveis de prevenção e resposta, nem providenciou para as vítimas um mecanismo judicial efetivo para a proteção de seus direitos, a sanção aos responsáveis e a obtenção de uma reparação. Também se alega a responsabilidade internacional do Estado brasileiro pelo desaparecimento de dois adolescentes, fato

denunciado ante autoridades estatais no dia 21 de dezembro de 1988, sem que se tenha adotado medidas efetivas para encontrar o paradeiro de ambos.

Excesso de capacidade de produção aflige cidades pequenas da China. James T. Areddy. Valor Econômico. 19/02/2016.

Mesmo nos lugares mais remotos da China, o excesso de produção está perturbando o caminho do país rumo à prosperidade e abalando a economia global.

Quando a agricultora Yang Qun, de 48 anos, entrou no mercado de cogumelos de Suizhou, há cinco anos, este setor estava se expandindo e até atraindo a divisão de crédito rural do gigante financeiro HSBC Holdings PLC, da Grã Bretanha. Ela economizou o suficiente para comprar uma minivan. Mas quando a neve caiu, em janeiro, Yang estava liquidando seus estoques de cogumelos desidratados cujo cultivo levou seis meses e rendeu seis sacas.

Para Xu Song, o barulho da fábrica onde ele trabalha costumava ser um sinal de que seus 200 colegas estavam ocupados transformando aço nos barris gigantes que misturam cimento na traseira de caminhões. Agora, ele é o único empregado em uma fábrica abandonada abarrotada de barris enferrujados.

"O declínio foi profundo", diz Xu, no interior da fábrica desativada da Hubei Aoma Special Automobile Co., onde trabalhava na área de controle de qualidade. "Eu não sei o que realmente aconteceu conosco."

Além do excesso de aço e de imóveis que tem pesado sobre o crescimento nos últimos anos, a economia da China também está saturada com excesso de produtos agrícolas e industriais. Muitas cidades pequenas e médias como Suizhou, que floresceram graças ao crédito fácil e o apoio do governo aos setores de construção e agronegócio, estão agora em dificuldade, enfrenquando preços baixos, queda nos lucros e falta de emprego.

Os desafios de Suizhou mostram como o enfraquecimento da China é amplo e profundo, e difícil de ser revertido. Ele resultou em volatilidade nos mercados ao redor do mundo e em ansiedade sobre possíveis impactos em outras grandes economias, como a dos Estados Unidos.

Novos dados publicados no início do mês mostraram que a contração na manufatura continuou em janeiro, com o índice oficial dos gerentes de compra (PMI, na sigla em inglês) no seu menor nível desde agosto de 2012.

O futuro da China depende de uma distribuição mais ampla de oportunidades. Embora Xangai e outras metrópoles costeiras tenham impulsionado as primeiras décadas de liberalização do mercado, Pequim agora conta com as cidades menores para a próxima fase de crescimento. O governo pretende trazer para as áreas urbanas nos próximos cinco anos 100 milhões de habitantes de baixa renda para aumentar a classe média que pode pagar por medicamentos e ingressos de cinema, sustentando a trajetória ascendente da China.

Com uma população de 2,5 milhões de habitantes, Suizhou é uma das cerca de 130 cidades menores na China no centro do esforço do governo para transformar agricultores em trabalhadores urbanos com melhores salários e criar novos mercados para as empresas locais.

A renda anual dos moradores de Suizhou ficou em torno de US\$ 3.470 por pessoa no ano passado, de acordo com o governo. O valor superou em mais de 40% a renda dos trabalhadores rurais, mas é menos que a metade dos quase US\$ 8.100 recebidos pelos trabalhadores em Xangai.

"As cidades intermediárias não sabem o que fazer", diz Michele Geraci, líder de um programa de política econômica do campus da Universidade de Nottingham na cidade chinesa de Ningbo. Depois de falar com membros de vários governos municipais, diz, muitas [cidades] estão no "limbo da industrialização", entre o rural e o urbano.

O desaquecimento atual é, em parte, uma indigestão causada por programas de estímulo anteriores. Novas empresas de tecnologia e uma onda de modernização industrial estão concentradas na costa, e os problemas recentes dos mercados financeiros chineses só estão reduzindo as opções para empresas querendo crescer.

Gerar um novo impulso não é fácil. A desaceleração atual é em parte fruto do estímulo anterior. Novas empresas de tecnologia e uma onda de melhorias industriais se concentram na costa, enquanto a crise recente nos mercados financeiros da China só reduzem as opções para as empresas que querem expandir.

Para abrir caminho para um novo crescimento, os líderes chineses identificaram o lado da oferta como foco da política econômica este ano. Eles querem eliminar o excesso de capacidade que está deteriorando vários setores.

Quando a economia mundial afundou, em 2008, localidades como Suizhou ganharam atenção extra de Pequim, que liberou estímulos massivos. A cidade financiou a criação de um novo distrito urbano e construiu torres de apartamentos. O governo municipal emitiu US\$ 150 milhões em títulos de dívida. O produto interno bruto de Suizhou durante

os últimos oito anos cresceu a uma média de quatro pontos percentuais mais rápido que o PIB do país como um todo, atingindo 15% em 2010 e 2011. O ritmo desacelerou para 8,8% em 2015, quando a China avançou 6,9%.

No cenário atual, os excessos estão sendo expostos. A cidade tem hoje 110 fabricantes de grandes veículos especializados.

Zhou Fang entrou no setor há cinco anos como vendedora de caminhões-tanque para transportar água para empresa local Hubei Dali Special Automobile Manufacturing Co. Embora clientes estatais de todo o país continuem comprando, Zhou diz que ela tem 200 concorrentes locais. "Não é como moda", diz ela, onde os fregueses compram roupa o ano todo.

Na fabricante de misturadores de cimento Aoma, os problemas se tornaram aparentes em meados de 2015, quando os pedidos para os misturadores de US\$ 60 mil pararam de chegar de seu maior cliente, a Xuzhou Construction Machinery Group Co. A empresa não comentou.

Suizhou tem enfrentado dificuldade para diversificar sua economia. (Perguntas sobre a economia local feitas pelo The Wall Street Journal ao governo de Suizhou não foram respondidas imediatamente.)

Sentada em uma cadeira vermelha usando chinelos rosa, Xia Yue, de 28 anos, é parte da esperança de Suizhou para gerar novas oportunidades. Inspetora de controle de qualidade na Hubei TKD Crystal Electronic Science and Technology Co., ela opera uma máquina que testa osciladores de cristal minúsculos que agem como relógios em celulares, aparelhos de Wi-Fi e carros.

A TKD foi fundada em Shenzhen, próximo de Hong Kong, mas seu proprietário a transferiu para Suizhou há 10 anos, para se beneficiar de incentivos do governo. Além da demanda reduzida, a empresa sofre com margens de lucro muito estreitas. Ela cobra apenas alguns centavos das empresas de eletrônicos por cada oscilador e os clientes, agora, estão pagando em prazos mais longos, segundo documentos públicos que mostram um salto de 46% em seus recebíveis entre 2012 e 2014, quando atingiram US\$ 19,2 milhões, mais de 50% da receita daquele ano.

(Colaborou Rose Yu.)

Consolidação na área de rações para peixes. Valor Econômico. 22/02/2016.

O quinto ano consecutivo de escassez de farinha de peixe está levando a uma onda de fusões e aquisições no mercado internacional e motivando empresas como a americana Cargill a correr para atender à demanda mundial de frutos do mar, que cresce mais que a de carnes.

Segundo Neil Wendover, diretor global de marketing da unidade de nutrição animal da Cargill, a múlti continuará ampliando os negócios em aquicultura. Neste mês, aportou US\$ 30 milhões em um fundo para investir na Calysta, uma fabricante de alimentos para peixes.

A produção mundial de farinha de peixe, geralmente feita de anchovas, ficou abaixo do consumo em nove das dez últimas temporadas, e 2016 deverá ser o quinto ano seguido de escassez, segundo o Departamento da Agricultura dos EUA (USDA). As vendas de frutos do mar deverão crescer 5% este ano, a maior alta desde pelo menos 2011, conforme a Euromonitor International.

O investimento da Cargill na Calysta ocorreu seis meses depois de a aquisição da fabricante de rações para salmão EWOS Holding ter transformado a múlti em uma das três maiores produtoras de rações para peixes do planeta, de acordo com informações do Rabobank.

A consolidação no segmento também motivou um "takeover" de US\$ 4 bilhões da fornecedora de rações para salmão Nutreco pela SHV Holdings e à aquisição da criadora da salmões Cermaq pela Mitsubishi.

O aumento do consumo de frutos do mar está ampliando a importância da criação comercial de peixes. Como a produção de farinha de peixe não deverá acompanhar a demanda, as empresas estão buscando alternativas, afirma Mike Velings, sócio-gerente do Aqua-Spark, um fundo que investe em aquicultura.

Haverá um déficit de 300 mil toneladas nesta temporada, segundo o USDA. Os preços da farinha de peixe do Peru, maior produtor mundial, mais que triplicaram desde 2001. "Nos próximos cinco anos, haverá uma escassez estrutural de farinha de peixe no mercado, de modo que todos veem oportunidades nesse mercado", observa Velings.

As grandes empresas preferem investir em ração, e não no cultivo, porque a área tende a crescer mais e não há riscos associados à linhagem biológica, diz Gorjan Nikolik, do

Rabobank. O mercado de rações também está menos exposto às flutuações dos preços das commodities.

Novos certificados agilizam exportação de material de multiplicação animal. Cláudia Lafetá. Site do MAPA. 22/02/2016.

Modelo adotado pelo Mapa simplifica negociação e deve contribuir para abertura de mercados

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) criou este mês dois novos modelos genéricos de Certificado Zoossanitário Internacional (CZI) para exportação de material de multiplicação animal. Um deles é para material genético avícola, e o outro, para sêmen bovino.

O modelo de CZI Genérico, também chamado CZI Padrão e que serve para qualquer país, vai simplificar os trâmites burocráticos de negociação de certificados sanitários de exportação, que podem levar até quatro meses, além de contribuir na abertura de novos mercados.

“O empresário que quiser exportar material genético avícola ou sêmen bovino para países que ainda não têm acordo com o Brasil já pode apresentar esses modelos diretamente ao serviço veterinário oficial do país importador”, diz a coordenadora de Trânsito e Quarentena Animal do Mapa, Valéria Martins. “Caso o país aceite as garantias sanitárias do CZI genérico, deverá informar oficialmente. Dessa forma, a exportação é viável em tempo reduzido.”

O Certificado Zoossanitário Internacional (CZI) é o documento emitido ou chancelado pelo serviço veterinário oficial do país de origem ou procedência dos animais, para garantir o cumprimento das condições sanitárias exigidas para o trânsito internacional de animais até o país de destino.

Os principais países importadores de material de genético avícola do Brasil são a Venezuela, Peru e Emirados Árabes. Já a Colômbia, Paraguai e Argentina lideram a importação de sêmen bovino.

Com o modelo genérico, assinala Valéria Martins, os exportadores que quiserem comercializar com países que ainda não importam do Brasil terão mais oportunidades. Isso porque, assinala, o CZI genérico permite agilidade nas negociações, facilitando a abertura de mercados, além de apresentar garantias sanitárias que são facilmente operacionalizadas pela empresa exportadora.

Os CZIs genéricos são o resultado de debates entre o Mapa e representantes do setor produtivo, como a Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA).

O próximo passo, de acordo com a coordenadora, será a elaboração de modelo genérico de CZI para embriões in vitro e para animais vivos como bovinos.

Para obter o certificado, basta entrar em contato com a Superintendência Federal de Agricultura (SFA) do seu estado.

Agricultura familiar brasileira ganhará destaque na conferência da FAO. Tássia Navarro. Site do MDA. 23/02/2016.

Patrus se reúne com Alan Bojanic e recebe convite para participar de Conferência da FAO

O ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Patrus Ananias, recebeu na manhã desta terça-feira (23), o representante da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) no Brasil, Alan Bojanic. Na ocasião, o ministro foi convidado a participar da 34ª Conferência Regional para América Latina e o Caribe da FAO, que será realizada no México, de 1º a 3 de março.

Na avaliação do ministro, que confirmou sua participação, o evento, que ocorre a cada dois anos, vai promover o debate de pontos fundamentais. “É uma conferência muito importante, onde poderemos mostrar para outros países o que temos realizado na agricultura familiar e na reforma agrária do Brasil”, ressaltou.

Alan Bojanic considera o evento que, segundo ele, é o maior da FAO, oportuno para discutir temas da atualidade. “Teremos vários países reunidos para tratar de assuntos primordiais, como o desenvolvimento territorial, as mudanças climáticas e o desenvolvimento sustentável”, elencou.

34ª Conferência Regional para América Latina e o Caribe da FAO

A Conferência Regional é parte central da governança da FAO. A fim de promover um compreensivo debate em itens da pauta, governos são encorajados a incluir em suas delegações, representantes do setor agrícola, extrativista, da pesca, do meio ambiente e de recursos naturais, além de representantes da sociedade civil e do setor privado.

Na conferência, serão realizadas a reunião dos oficiais superiores das delegações e a Reunião Ministerial. Para a Ministerial, estão previstos quatro Painéis de debate, com destaque para: ‘Desafios e Perspectivas para a Segurança Alimentar e Nutricional na

América Latina e Caribe: dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) até os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)’ e ‘Desafios para o Setor Rural na América Latina e Caribe: Desenvolvimento Territorial Rural, Agricultura Familiar, Inclusão Social e Econômica e Inovação’, do qual o ministro Patrus participará.

Na oportunidade, também será lançado o livro ‘Superação da Fome e da Pobreza: Experiências Brasileiras’.

Fórum Mundial debaterá acesso à terra e aos recursos naturais. Tatiana Carlotti. Carta Maior. 23/02/2016.

É essencial que seja realizada uma avaliação sobre as consequências da desigualdade de acesso aos recursos produtivos hoje no planeta.

Entre os dias 31 de março e 2 de abril, na cidade de Valência (Espanha), será realizado o Fórum Mundial Sobre Acesso à Terra e aos Recursos Naturais, o FMAT 2016. Com apoio da FAO (ONU) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Fórum é promovido por organizações camponesas, governamentais e da sociedade civil de vários países.

O FMAT 2016 acontecerá dez anos após a 2ª. Conferência Internacional sobre a Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (Porto Alegre, 2006) e o Fórum Mundial sobre a Reforma Agrária (Valência, 2004). Um dos objetivos é traçar um diagnóstico sobre a desigualdade do acesso à terra e aos recursos naturais, avaliando os avanços e retrocessos ao longo da década e propondo caminhos para o futuro.

Como explicam os organizadores do FMAT, é “imperativo” e “essencial” que seja realizada uma avaliação sobre as consequências, a curto e longo prazo, da desigualdade de acesso aos recursos produtivos hoje no planeta. Eles alertam: “as tendências [hoje] parecem inalteradas ou piores” em relação às registradas há uma década.

No **site do evento**, os signatários do FMAT denunciam a mercantilização dos recursos naturais e questionam: “a decisão de promover as empresas agrícolas, com base na produção de um pequeno número de commodities, na forte utilização de insumos sintéticos e de combustíveis fósseis, e na utilização de trabalho assalariado irá resultar em aumento significativo da produção e da riqueza?”

“Criará emprego e renda para centenas de milhões de ativos, hoje excluídos, e para outros tantos ou mais esperando para entrar no mercado de trabalho?”, complementam.

Avanço nas discussões

As discussões que permearam o I Fórum Mundial da Reforma Agrária (FMRA) e a 2ª Conferência Internacional Sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Agrário (CIRADR) serão atualizadas durante o FMAT 2016. Os dois eventos, aliás, contaram com vasta cobertura da Carta Maior: confirmam o **especial FMRA** e o **especial CIRADR**. Em 2004, enquanto a FAO alertava para o crescimento da fome em escala global, o Fórum Mundial da Reforma Agrária (FMRA), em Valência (Espanha), reafirmava o acesso à terra como direito de toda a humanidade, redefinindo os marcos de uma nova agenda para a reforma agrária. O FMRA também defendia que questões relativas à alimentação e à agricultura fossem retiradas das discussões travadas no âmbito da OMC e dos acordos comerciais bi e multilaterais.

Já, em 2006, a 2ª Conferência Internacional Sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Agrário, em Porto Alegre, apontava a insegurança alimentar, a fome e a pobreza rural como resultados diretos da falta de acesso aos recursos produtivos. E defendia, em sua resolução, uma agenda da reforma agrária em nível global, atualizando o compromisso com o desenvolvimento rural e o combate à fome no planeta.

Piora da desigualdade

Dez anos depois desses eventos, os organizadores do FMAT 2016 divulgam o texto **Antecedentes e Balanço Amargo**, denunciando que as mudanças observadas no campo, em âmbito global, nos últimos dez anos, “estão longe das recomendações que foram feitas pelo FMRA e pela CIRADR”. Eles alertam: “a situação tem mesmo vindo a piorar”.

O balanço aponta como principal causa do retrocesso “os processos de aquisição e de arrendamento de terras, realizados em larga escala e por um pequeno número de agentes econômicos”.

Voltadas à exportação, essas aquisições de terras têm como base “a produção de monocultura, dependendo fortemente do uso massivo de energia fóssil, insumos de origem industrial e sementes transgênicas, representando risco de poluição dos solos e das águas, além da diminuição da biodiversidade”, explica o documento.

Em **coletiva de imprensa**, João Pedro Stédile, liderança do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), denunciou como esse processo vem acontecendo no Brasil. Dando nomes aos bois: “Cargill, Bunge, ADM, Dreyfus e Shell”, ele contou como as empresas

estrangeiras vêm burlando a legislação brasileira para adquirir vastas extensões de terras no país.

Aquisição de terras pelo capital estrangeiro

Segundo a lei brasileira, explicou Stédile, a compra de terras por estrangeiros “não deveria ser mais de 1.500 hectares por fazenda”. Essas aquisições também não podem ultrapassar o limite de 25% da área total de um município. No entanto, as multinacionais acabam se tornando acionistas majoritários de usinas e outros empreendimentos nacionais, comprando grandes extensões de terras, mas sem alterar o registro dessas propriedades no Incra.

A partir dessa manobra, oficialmente, a terra permanece em nome do proprietário brasileiro no cadastro do Incra, quando o acionista principal é a multinacional. “No cadastro da usina, ela tem 50 mil hectares e é dona de metade do município”, denuncia. Um exemplo? “A Bunge tem milhares de hectares, mas não aparece como proprietária de terra. É dona de, no mínimo, umas 30 usinas em São Paulo”.

A liderança do MST também chamou a atenção sobre um projeto de lei em curso no Congresso Nacional. Trata-se de mais uma manobra do agronegócio para mudar a legislação sobre aquisição de terras por estrangeiros no país. Encaminhado pela bancada ruralista, o projeto visa alterar a lei vigente, permitindo ao capital estrangeiro a compra de qualquer quantidade de terras no Brasil.

“Todos os movimentos do campo são frontalmente contrários a qualquer alteração da Lei. Já chega a malandragem que eles fazem”, afirmou Stédile.

Agricultura familiar brasileira ganhará destaque na conferência da FAO. Site do MDS. 23/02/2016.

O ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Patrus Ananias, recebeu na manhã desta terça-feira (23), o representante da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) no Brasil, Alan Bojanic. Na ocasião, o ministro foi convidado a participar da 34ª Conferência Regional para América Latina e o Caribe da FAO, que será realizada no México, de 1º a 3 de março.

Na avaliação do ministro, que confirmou sua participação, o evento, que ocorre a cada dois anos, vai promover o debate de pontos fundamentais. “É uma conferência muito importante, onde poderemos mostrar para outros países o que temos realizado na agricultura familiar e na reforma agrária do Brasil”, ressaltou.

Alan Bojanic considera o evento que, segundo ele, é o maior da FAO, oportuno para discutir temas da atualidade. “Teremos vários países reunidos para tratar de assuntos primordiais, como o desenvolvimento territorial, as mudanças climáticas e o desenvolvimento sustentável”, elencou.

34ª Conferencia Regional para América Latina e o Caribe da FAO

A Conferência Regional é parte central da governança da FAO. A fim de promover um compreensivo debate em itens da pauta, governos são encorajados a incluir em suas delegações, representantes do setor agrícola, extrativista, da pesca, do meio ambiente e de recursos naturais, além de representantes da sociedade civil e do setor privado.

Na conferência, serão realizadas a reunião dos oficiais superiores das delegações e a Reunião Ministerial. Para a Ministerial, estão previstos quatro Painéis de debate, com destaque para: ‘Desafios e Perspectivas para a Segurança Alimentar e Nutricional na América Latina e Caribe: dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) até os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)’ e ‘Desafios para o Setor Rural na América Latina e Caribe: Desenvolvimento Territorial Rural, Agricultura Familiar, Inclusão Social e Econômica e Inovação’, do qual o ministro Patrus participará.

Na oportunidade, também será lançado o livro ‘Superação da Fome e da Pobreza: Experiências Brasileiras’.

Menos divisas com as exportações de soja. Camila Souza Ramos e Fernando Lopes. Valor Econômico. 23/02/2016.

A Abiove, entidade que representa as principais indústrias de óleos vegetais que atuam no país, reduziu suas estimativas para a colheita nacional de soja nesta safra 2015/16 e para o volume das exportações brasileiras do grão em 2016 e reforçou que a receita proveniente dos embarques da matéria-prima e seus principais derivados (farelo e óleo) voltará a encolher, pelo segundo ano seguido.

Em levantamento divulgado ontem, a Abiove passou a projetar a colheita da oleaginosa na atual temporada em 98,5 milhões de toneladas, 0,9% menos que o previsto em meados de dezembro, e ajustou o volume das exportações para 54,5 milhões de toneladas, 500 mil a menos em igual comparação. A entidade manteve suas estimativas para os volume de produção e exportação de farelo e óleo de soja.

Mesmo com as correções, tanto a colheita como o volume de exportações do grão, se confirmados, serão superiores aos resultados do ciclo 2015/15 - 2,4% e 0,3%, respectivamente - e representarão novos recordes históricos. Mas, ainda assim, não serão suficientes para compensar o efeito da queda das cotações internacionais dos produtos do "complexo soja" sobre a receita dos embarques.

Segundo a Abiove, a tonelada do grão será exportada em 2016, em média, por US\$ 350, 9,3% menos que em 2015. A do farelo deverá recuar 16%, para US\$ 330, e a do óleo cairá 10,3%, para US\$ 620.

A previsão para a receita das exportações do grão caiu para US\$ 19,075 bilhões, 9,1% abaixo de 2015, enquanto a dos embarques de farelo (14,8 milhões de toneladas) permaneceu em US\$ 5,082 bilhões, queda de 12,7%, e a das vendas de óleo (1,4 milhão de toneladas) ficou em US\$ 868 milhões, baixa de 24,8%. No total, as exportações do "complexo" passaram a ser projetadas em US\$ 25,025 bilhões, 10,5% menos que em 2015 e menor patamar desde 2011.

Brasil e México anunciam Acordo Cachaça-Tequila. Viviane Novaes. Site do MAPA. 23/02/2016.

Reconhecimento mútuo da denominação de origem protege as duas bebidas contra a concorrência desleal

Os governos do Brasil e México anunciaram a conclusão das negociações para o reconhecimento mútuo da cachaça e da tequila para proteger a denominação de origem dos dois produtos. Isto significa que a cachaça vendida no México só poderá levar no rótulo o nome da bebida for brasileira. O mesmo valerá para a tequila mexicana comercializada no Brasil.

Ao reconhecer a indicação geográfica das aguardentes, o chamado Acordo Cachaça-Tequila assegura a proteção dos dois países contra a concorrência desleal de produtos que queiram se beneficiar indevidamente da reputação dessas bebidas. “O acordo contribui também para a expansão do reconhecimento mundial da cachaça e da tequila como indicações geográficas do Brasil e do México”, disse a secretária de Relações Internacionais do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Tatiana Palermo.

Em 2015, segundo dados do Conselho Regulador da Tequila, o valor das exportações de bebida mexicana ao Brasil alcançou a cifra de US\$ 8 milhões (1,3 milhão de litros). Em

contrapartida, as exportações de cachaça ao México totalizaram apenas US\$ 65 mil (40 mil litros).

As negociações foram concluídas durante a III Comissão Binacional Brasil-México, que está ocorrendo na Cidade do México. Para entrar em vigor, o Acordo Cachaça-Tequila ainda depende da assinatura dos dois países. As regras serão estabelecidas conforme os procedimentos legais previstos pelos governos de Dilma Rousseff e Enrique Peña Nieto. O texto também prevê um grupo de trabalho para tratar de assuntos como o uso indevido das denominações cachaça e tequila.

Japão busca ampliar suas exportações de alimentos. Robin Harding. Valor Econômico. 24/02/2016.

É um mal-estar nacional: por que o Japão, uma superpotência culinária e campeão incontestado do guia Michelin, é tão fraco na exportação de alimentos? Em 2015, os embarques japoneses somaram cerca de US\$ 5,3 bilhões, mais ou menos o que rendem as vendas de queijo Edam da Holanda ao exterior. E isso apesar do peixe cru, do chá verde e da carne de bovinos da raça wagyu, a origem do bife Kobe.

Para o governo do primeiro-ministro Shinzon Abe, essa oportunidade econômica perdida está agora colidindo com o imperativo político de ajudar os agricultores japoneses a sobreviver em tempos de Parceria Transpacífico, que vai reduzir tarifas para produtores supereficientes dos Estados Unidos e da Austrália.

Tóquio quer que as exportações agrícolas anuais do país atinjam US\$ 9 bilhões em 2020. Apesar da desaceleração econômica dos mercados emergentes, que está afetando as exportações japonesas como um todo, nesta semana o ministro do Comércio, Nobuteru Ishihara, disse que há a possibilidade de a meta ser alcançada até mais cedo.

Em ienes, as exportações japonesas de alimentos cresceram 24,3% no ano passado, puxadas pela demanda da China, enquanto os embarques como um todo aumentaram desafortunadamente 3,5%.

Masayoshi Honma, professor de economia agrícola da Universidade de Tóquio, resume a situação de forma simples: "As exportações japonesas de alimentos são pequenas [apesar do incremento de 2015] porque são caras". Segundo ele, "há uma diferença enorme entre os preços japoneses e os preços internacionais".

A obsessão do Japão com a produção de arroz, ligada a uma arraigada preocupação com autossuficiência alimentar, e a baixa produtividade das propriedades rurais do país, que

têm pequena escala e são altamente subsidiadas, contribuem para que os preços dos produtos exportáveis sejam altos.

Durante anos, a importância dos votos das áreas rurais para o Partido Liberal Democrático tornou a agricultura "sagrada". Mas, com o envelhecimento dos produtores - a idade média dessa população é hoje de 70 anos -, Abe passou a se mostrar disposto a promover reformas.

Uma das poucas medidas que seu governo espera aprovar antes das eleições para a Câmara Alta do Parlamento, no terceiro trimestre, será permitir que empresas sejam donas de terras cultiváveis. A medida é considerada crucial para ampliar escala e eficiência das fazendas do país.

Mas Honma é cauteloso com a meta de crescimento do governo para as exportações agrícolas e observa que, nos US\$ 9 bilhões, também estão incluídos pescados, frutos do mar e alimentos processados. A maior parte das atuais exportações "agrícolas" é formada por frutos do mar capturados pela enorme frota pesqueira japonesa.

Da meta estipulada, os frutos do mar representam 35%. Mas o plano prevê um incremento de quase cinco vezes das exportações de carne bovina, para US\$ 220 milhões, um avanço semelhante para o arroz, para US\$ 535 milhões, e que os embarques de chá verde tripliquem e alcancem cerca de US\$ 130 milhões.

O Ministério da Agricultura do Japão quer desenvolver mercados na Europa e nos EUA. Mas, enquanto não reduzir seus preços, é pouco provável que o Japão saia de seus nichos. "Espero que o arroz japonês possa ser cada vez mais exportado", diz Honma. "Mas precisamos reduzir os custos de produção." (Tradução de Sabino Ahumada).

O Brasil pós-Doha. Regis Arslanian. Valor Econômico. 24/02/2016.

O governo brasileiro tem dado sinais auspiciosos de que está disposto a rever seus parâmetros de negociação comercial, afastando-se do modelo tradicional de acesso a mercado, calcado nos cortes tarifários, para adotar uma postura mais ambiciosa frente aos acordos comerciais. Sem deixar de contemplar as tarifas, o governo já cogita negociar normas e modelos regulatórios em áreas como serviços, investimentos e compras governamentais.

A perspectiva seria sentar à mesa de negociação com um espírito mais ofensivo quanto à conformação no Brasil de uma estrutura produtiva, não apenas voltada para o mercado

nacional, com excedentes para exportações, mas, sobretudo, capacitada a integrar as cadeias produtivas globais.

Os grandes acordos comerciais de hoje, como os de Parceria Transpacífico, assinado em outubro passado, e o de Parceria Transatlântico, em negociação entre EUA e União Europeia, já não privilegiam as tarifas alfandegárias. Eles estabelecem convergências regulatórias e normativas que abrem espaço e respaldam iniciativas e parcerias empresariais. Não há como conceber, hoje, um empreendimento competitivo entre empresas de economias diferentes - que aporte investimentos e que favoreça a inovação - sem que seu desenvolvimento se faça sob regras harmônicas, que tirem o máximo proveito das vantagens comparativas na operacionalidade dos negócios.

Este é o momento para uma inflexão negociadora. Com as recentes eleições presidenciais da Argentina, perdem força as alegações de que seriam as "amarras do Mercosul" e o protecionismo dos sócios os grandes responsáveis pelo nosso imobilismo em estabelecer acordos comerciais. Além disso, o virtual fracasso da Rodada Doha, veladamente reconhecido na Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), de dezembro último, em Nairóbi, atesta que não devemos continuar apostando no atual formato de liberalização comercial multilateral, enquanto se multiplicam acordos regionais, estabelecendo os marcos normativos que regerão o funcionamento dos mercados.

O entendimento de Nairóbi de eliminar os subsídios às exportações em agricultura é positivo para assegurar maior previsibilidade à comercialização de nossos produtos agrícolas. Mas a verdade é que a reunião ministerial não tomou decisão concreta sobre o processo negociador futuro do sistema multilateral de comércio. Pudera: com os elevados níveis de ambição dos acordos hoje negociados, para que serviria insistir com a Rodada Doha, cujo mandato de acesso a mercado, já defasado, foi lançado há quase quinze anos? O Brasil deveria fazer uso de seu prestígio negociador, com o qual conseguiu arrancar, em Nairóbi, o acordo sobre subsídios agrícolas, para propor um novo mandato negociador para a Organização, aberto a uma discussão pragmática e abrangente sobre os "novos temas", que abordasse suas respectivas regras na OMC. Poderíamos, assim, evitar uma fragmentação das regras aplicáveis ao comércio e minimizar nosso descompasso com os acordos modernos.

Mais do que isso, passaríamos a nossos principais parceiros, na Organização e bilateralmente, uma mensagem de efetiva disposição negociadora e de espírito construtivo. Como resultado imediato, o Mercosul provavelmente convenceria a União

Europeia a efetuar concessões agrícolas e trocar as tão esperadas ofertas para a negociação de um acordo de livre comércio consistente com os acordos de vanguarda.

Em paralelo, deveríamos avaliar, caso a caso, a negociação dos acordos plurilaterais, que definem, à margem da OMC e entre grupos de países interessados, regras de abertura e integração produtiva em setores substantivos. A crescente adesão aos processos negociadores plurilaterais auxiliará a conformar o necessário consenso para a negociação de um disciplinamento mais ambicioso na OMC.

É o caso, por exemplo, do TiSA (Trade in Services Agreement) cuja proposta está sendo negociada, com o apoio das principais associações de serviços do mundo, para um acordo sobre aspectos normativos do comércio de serviços, tais como regulamentação doméstica e padrões técnicos, compras públicas, tratamento nacional, além de acesso a mercado. Temos muito a ganhar em todas essas áreas.

Apesar de a adesão ao TiSA estar aberta à participação de todos, o Brasil manteve-se até agora ausente de seu processo negociador com o intuito - agora, depois de Nairóbi, desnecessário - de não perder na Rodada Doha a moeda de troca que pudesse nos render concessões em agricultura. O setor de serviços é responsável por mais de 70% do PIB do Brasil, representa 60% da riqueza mundial e emprega um terço da mão de obra do planeta, respondendo por mais de 20% de todo o comércio internacional.

Não estaria na hora de repensar nossa posição frente ao TiSA? Esse processo negociador avançará e, cedo ou tarde, teremos que aderir a um acordo. Se tarde, ficaremos de fora, enquanto outros terão decidido por nós.

Uma mudança de atitude nas negociações não será feita da noite para o dia, uma vez que a disposição de contemplar nos acordos comerciais demandas, mas também concessões, no campo normativo, implicará amplas consultas setoriais à iniciativa privada e, mais adiante, uma articulação com o Congresso Nacional, que, afinal, terá de ratificar os acordos subscritos, e, ainda, legislar sobre os projetos de normas que deles advirão. Tarefa, bem sabemos, difícil, em meio à atual conjuntura política e econômica do país.

Mas se não iniciarmos desde já esse esforço entre todos - governo, Congresso, empresários, sindicatos, formadores de opinião etc. - estaremos perdendo décadas de desenvolvimento industrial e econômico. Atuando como "players", e não como meros coadjuvantes, nessa corrente inexorável de novos padrões de negociação comercial, poderemos expandir em muito as possibilidades de resgatar nossa competitividade externa e marcar nossa presença dinâmica na economia mundial, de forma condizente com nossos interesses, dimensão e potencial.

Regis Arslanian, embaixador, foi chefe negociador comercial do Brasil. É sócio da GO Associados.

Governo dos Estados Unidos promove debate sobre agricultura mundial com presença da CNA. Site da CNA. 24/02/2016.

Quais os impactos que as tecnologias trazem para a agricultura? Quais as perspectivas do setor agrícola em 2016? Duas questões importantes que influenciam não só a economia mundial, mas também aspectos sociais e políticos dos países mundo afora. O debate “Tecnologia e Tradição” na agricultura é destaque da 92ª edição do *Agricultural Outlook Forum* 2016, evento realizado, entre hoje e amanhã, 24/02 e 25/02, pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), na cidade de Arlington, no estado da Virgínia.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) participa dos debates, com especial atenção nas maneiras inovadoras de ampliação de ofertas de novas e melhores condições para as famílias de agricultores da América.

Segundo o coordenador do Núcleo Econômico da CNA, Renato Conchon, que acompanha as plenárias, com o assessor técnico da Superintendência de Relações Internacionais da Confederação, Pedro Henrique Pereira, o Fórum é importante para se obter informações em níveis globais sobre a agricultura, além de previsões de mercado. “Esses dados servem como plataforma para facilitar o diálogo a respeito das principais questões e tópicos dentro da comunidade agrícola”, observa.

Um dos temas do Fórum trata da realidade rural norte-americana, onde há êxodo da população, pobreza, além de menor nível de escolaridade comparada à área urbana. Em 2014, segundo a empresa Modern Farm, havia pouco mais de 46 milhões de pessoas em áreas rurais no país, aproximadamente 15% da população. Entre os anos de 2010 e 2014, a chamada “América Rural” (engloba todos os estados que possuem agricultores) diminuiu em uma taxa de 116 mil pessoas que deixaram o campo. Embora o número pareça pouco expressivo, ele é significativo para os americanos, considerando ser a primeira vez, desde 1950, que ocorre um declínio neste nível. Enquanto isso, a população urbana continua a crescer a uma taxa de mais de 2 milhões de pessoas por ano.

Conforme explica o estudo da *Modern Farm*, as demandas de trabalho da agricultura atual são relativamente limitadas. Com menores oportunidades de empregos, muitos jovens são motivados a buscar alternativas fora do espaço rural, afirma o economista

americano Lorin Kusmin, autor do relatório. "Isto é particularmente verdadeiro para os jovens com uma educação universitária, que são susceptíveis de encontrar um emprego mais bem pago em áreas urbanas".

Maior reunião anual do USDA, o *Agricultural Outlook Forum* ocorre desde 1923. Em 2015, mais de 1.600 pessoas participaram do evento. Um dos painéis desta edição, com participações do secretário e vice-secretário de agricultura americano, Tom Vilsack e Krysta Harden, vai debater a criação de liderança para as gerações presentes e futuras na transformação da agricultura.

Carne bovina in natura mais perto dos EUA. Juliano Basile. Valor Econômico. 24/02/2016.

A liberação das exportações brasileiras de carne bovina in natura aos EUA deverá ocorrer a partir de abril, após a visita de uma equipe do Ministério da Agricultura do Brasil àquele país para inspeções sanitárias e verificações dos padrões americanos de produção. Segundo informações de Washington e Brasília, os primeiros embarques poderão acontecer ainda neste semestre.

A liberação mútua do comércio de carne bovina in natura foi acertada durante visita da presidente Dilma Rousseff aos EUA em meados de 2015. O Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) já mandou uma equipe ao Brasil para fazer as inspeções necessárias, mas ainda tem de enviar ao Ministério da Agricultura brasileiro um questionário com uma série de perguntas complementares sobre o sistema nacional de fiscalização e inspeção. A missão do Ministério da Agricultura vai para os EUA depois disso. Ao mesmo tempo, disse uma fonte do ministério, os dois países negociam um modelo de certificado sanitário para tornar viável o comércio bilateral.

O setor privado brasileiro entende que será possível vender anualmente até 100 mil toneladas de carne bovina in natura aos EUA em cinco anos, mas o USDA projeta que, em média, serão 40 mil toneladas por ano. A Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec) estima que, se a abertura ocorrer até junho, as exportações poderão chegar a 30 mil toneladas, ou pouco mais de US\$ 100 milhões, no segundo semestre de 2016. No total, as exportações brasileiras de carne bovina in natura totalizaram 1,1 milhão de toneladas e renderam US\$ 4,7 bilhões no ano passado.

Quando houver a abertura, o Brasil passará a disputar uma fatia de 65 mil toneladas que é destinada a um grupo de países que não têm cotas específicas nem tarifas mais vantajosas para exportar aos EUA.

Segundo o USDA, estão habilitados a exportar carne bovina in natura aos EUA sem taxação México, Canadá, Uruguai, Chile, Costa Rica, Honduras, Nicarágua, Japão, Irlanda, Lituânia, Nova Zelândia e Austrália. Alguns desses países têm cotas mínimas de exportação e, quando ultrapassam seus limites, pagam tarifas.

É o caso da Austrália. O país conta com uma cota de 418 mil toneladas por ano e paga uma tarifa de 21,1% sobre o volume que supera essa quantidade. O Uruguai, por sua vez, pode exportar 20 mil toneladas sem a incidência de tarifa, mas acima disso paga uma taxa equivalente a 26% do valor vendido. O país sul-americano costuma superar esse limite e já chegou a exportar 200 mil toneladas por ano. Estima-se que o mesmo poderá acontecer com o Brasil.

Um dos pontos favoráveis ao Brasil é que frigoríficos do país já vendem carne bovina processada aos americanos. Com esses canais de negociação ativos, é possível que as vendas de carne in natura sejam acertadas mais rapidamente. E esses frigoríficos também deverão ser beneficiados pela valorização do dólar, que favorece as exportações.

Outro ponto positivo da abertura do mercado americano é que, em meio à crise econômica no Brasil, os produtores nacionais terão um grande mercado para explorar, além de contarem com a possibilidade de que novos mercados sejam abertos após a chancela dos EUA, que é uma referência para diversos países.

Atualmente, os EUA importam 1,5 milhão de toneladas de carne bovina in natura por ano, e a tendência é de aumento. Em 2011, por exemplo, foram importadas 933 mil. Já as exportações americanas do produto somam cerca de 1 milhão de toneladas anuais, de acordo com o USDA. Nesse contexto, a abertura americana poderá ajudar o Brasil a reverter a queda em suas exportações de carne bovina, que no ano passado caíram 19,5% em valor e 12,1% em volume.

Os americanos são os maiores produtores e consumidores de carne bovina. Em 2015, produziram 10,9 milhões de toneladas, quase um quinto do total mundial, e consumiram 11,4 milhões, também um quinto do que é consumido no mundo. No país, a preferência é por carnes com pouca gordura, que podem ser utilizadas na produção de hambúrgueres - um dos pratos mais populares dos americanos.

A abertura do comércio de carnes com os EUA deverá beneficiar 13 Estados brasileiros (Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Rondônia, São Paulo, Sergipe, Tocantins) e o Distrito Federal. (Colaboraram Cristiano Zaia, de Brasília, e Luiz Henrique Mendes, de São Paulo).

Aumento da oferta tende a interromper alta do milho. Mariana Caetano. Valor Econômico. 25/02/2016.

A expectativa de que a China despeje no mercado grandes volumes de milho de seus estoques e a aproximação do início do plantio da nova safra americana tendem a reforçar o cenário de oferta abundante e frear a recente reação das cotações do grão na bolsa de Chicago, principalmente se não houver nenhum sobressalto climático. Ainda que os preços no Brasil permaneçam muito ligados ao câmbio, a tendência internacional poderá conter a trajetória ascendente que tem reduzido as margens dos frigoríficos de aves e suínos.

"Podemos ter repiques. Mas, na medida em que se confirme o aumento de área nos EUA e o clima ajudar o plantio, a partir de julho o milho tende a entrar em fase acelerada de baixa, não só rompendo os US\$ 3,20 por bushel [em Chicago], mas se aproximando dos US\$ 3", prevê Pedro Dejneka, da consultoria AGR Brasil. Até o início desta semana, os contratos futuros de segunda posição de entrega do grão acumulavam alta de 2% na bolsa de Chicago este ano. Porém, quedas nas últimas duas sessões, para US\$ 3,6450 por bushel, já deixaram as cotações estáveis em relação ao fim de 2015.

Contribuíram para a valorização neste início de ano os estoques menores que o esperado nos EUA em 1º de dezembro. A ligeira recuperação das cotações do petróleo também passou a oferecer algum suporte ao milho, já que incentiva refinarias americanas a aumentar a mistura de combustíveis alternativos, como o etanol de milho, na gasolina.

Segundo Stefan Tomkiw, analista do Société Générale em Nova York, as estimativas atuais sugerem que os americanos v o semear nesta temporada 36,3 milhões de hectares com milho, ante os 35,6 milhões de 2015/16. "Acho que o patamar de US\$ 3 a US\$ 3,10 por bushel seria um piso num primeiro momento".

O início da semeadura de milho nos EUA, no próximo mês de abril, costuma ser marcado por especula es sobre o clima. A Organiza o Meteorológica Mundial aponta um enfraquecimento do El Ni o nos próximos três meses, e a possível ocorrência do La Ni a

na sequência continua a ser monitorada. "Se o La Niña chegar e trazer seca aos EUA, o mercado vai operar em cima disso. O milho pode ir a US\$ 4,50 por bushel, mas para depois despencar", afirma Dejneka, da AGR Brasil.

Também está no radar do mercado o fato de que a Argentina deve ampliar o fornecimento da commodity este ano, depois de retirada da taxa de exportação de 20% imposta pelo governo local, trazendo pressão adicional às cotações. "Se a safra americana for boa e o dólar não subir, os produtores brasileiros enfrentarão problemas com a queda dos preços do milho no segundo semestre", afirma Dejneka.

Favorecidos pela valorização da moeda americana ante o real, os preços do milho no mercado brasileiro já subiram mais de 15% em 2016, para R\$ 43 por saca, conforme o indicador Esalq/BM&FBovespa. Com a perda de competitividade do milho americano, os brasileiros venderam ao exterior um recorde de 28,9 milhões de toneladas no ano passado, 40% acima de 2014. Em Mato Grosso, que lidera a produção no país, 56,6% da produção esperada para a safra 2015/16 - a safrinha está em fase de plantio - já foi comercializada.

O entusiasmo com as exportações ajudou a enxugar o mercado interno e acendeu a luz amarela entre os criadores de aves e suínos do país, que viram seus custos subirem de forma expressiva com o preço do milho nas alturas. "Vínhamos falando desde maio do ano passado que o câmbio estava ajudando muito as exportações de milho, mas a indústria dormiu no ponto e se desesperou, o que serviu para colocar os preços onde estão", avalia Pedro Dejneka.

Ontem, em Dubai, durante a Gulfood - maior feira de alimentos do Oriente Médio -, o presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Francisco Turra, voltou a reclamar do aumento de custos derivado da alta do milho. "Várias empresas estão receosas em fechar contratos de longo prazo [de exportação] devido ao momento de incerteza no Brasil, frente às instabilidades dos elementos que compõem os custos", diz o ex-ministro em comunicado divulgado pela entidade.

Para tentar garantir a oferta do grão usado na ração animal, o governo brasileiro começou a leiloar estoques públicos. Em 1º de fevereiro, a Conab vendeu 125,9 mil das 148 mil toneladas ofertadas. Houve outros dois leilões - um na semana passada e outro na terça-feira -, com 150 mil toneladas cada, mas foram negociadas apenas 76,4 mil no primeiro e 38,19 mil no segundo. "Receios quanto à qualidade ajudam a justificar a falta de interesse por alguns lotes", afirma Andrea Cordeiro, da Labhoro Corretora de Mercadorias.

Para Andrea, a decisão do governo chinês de desovar estoques de safras antigas de milho também deve influenciar significativamente o rumo dos preços do grão. "Até hoje, ninguém conseguiu realmente dimensionar esses estoques. Alguns falam na faixa de 180 milhões a 200 milhões de toneladas". Os EUA também tendem a se apressar para vender o máximo de milho que puderem antes da entrada da safrinha brasileira, a partir de junho.

Produtores rurais de seis países visitam CNA para conhecer agropecuária brasileira. Site da CNA. 25/02/2016.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) recebeu, na terça-feira (23/02), a visita de doze produtores rurais estrangeiros da rede global *Nuffield International Farm School*. Com bolsa de estudo, os visitantes vieram ao Brasil para conhecer as inovações praticadas na agropecuária brasileira. O grupo, composto por ingleses, canadenses, holandeses, australianos, irlandeses e neozelandeses já passou pelos estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Bahia e pelo Distrito Federal e encerram a missão no Pará, no final do mês.

Essa é a terceira vez que a CNA recebe os bolsistas da *Nuffield* para promover a troca de conhecimentos em todos os aspectos de gestão, produção, distribuição e mercado no setor agrícola. Para o assessor técnico da Superintendência de Relações Internacionais, Thiago Masson, é também uma oportunidade para a Confederação receber produtores dispostos a conhecer a agropecuária brasileira, assim como a estrutura e objetivos do Sistema CNA. Durante o encontro, o assessor técnico apresentou as competências e a atuação da CNA na defesa dos interesses dos produtores rurais brasileiros. Thiago Masson também destacou a participação do Brasil no mercado internacional de exportação de alimentos e alguns gargalos que travam o comércio, como barreiras não tarifárias. Dentre alguns assuntos apresentados, os bolsistas se interessaram pelos cursos de capacitação e assistência técnica oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e a forma como proporcionam maior rentabilidade e qualidade dos produtos comercializados.

O assessor técnico da Comissão Nacional de Aves e Suínos da CNA, Victor Ayres, também apresentou alguns protocolos de rotulagem de carne assinados pela CNA e sistemas de produção sustentáveis utilizados, como a Integração Lavoura Pecuária Floresta (iLPF), que combina, em uma mesma área, a produção de grãos, fibras, madeira, energia, leite ou carne.

Para a embaixadora da *Nuffield* no Brasil, Sally Thomson, os bolsistas desempenham, em seus países, papéis importantes de liderança na área escolhida, visando o crescimento dos negócios. “Todos os produtores escolhidos contribuem de alguma forma para o desenvolvimento do setor agropecuário de seus países. Uns produzem e exportam leite, queijo, carnes especiais, ovos e criam gado, outros comercializam produtos orgânicos, grãos, cereais e algodão”, disse Thomson.

Um dos bolsistas, Iltud Dunsford, do País de Gales, Reino Unido, diversificou o negócio de criação de gado na fazenda da família e estabeleceu uma charcutaria (carne especial de forma cozida e frio), em 2011. Hoje, os produtos são vendidos em Londres e Paris, para chefs consagrados e até para a rainha do Reino Unido, Elizabeth II. “É uma grande oportunidade trocar experiências com outros países e conhecer diferentes técnicas de cultivo e sistemas de produção”, destacou Dunsford.

Ainda em abril deste ano, outros bolsistas serão contemplados para visitar novamente o Brasil e a CNA. De acordo com a embaixadora Sally Thomson, outros participantes viajaram em 2015 para a China e em 2017, novos selecionados visitarão a África do Sul.

Rede de produtores internacionais visita Projeto Biomas no Cerrado. Site da CNA. 25/02/2016.

Um grupo de 12 pessoas ligadas à *Nuffield (Australian Nuffield Scholar)*, rede de produtores internacionais que promove estudos e busca novas tecnologias para desenvolver o agronegócio de forma sustentável, visitou, na última terça-feira (23), a Fazenda Entre Rios, localizada a 65 quilômetros de Brasília (DF). Na propriedade, eles conheceram alguns dos principais resultados no Cerrado do Projeto Biomas, uma parceria entre a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

O grupo, que está visitando propriedades rurais no Brasil, foi liderado por Sally Thomson, embaixadora honorária da *Nuffield* no País. Os visitantes foram recebidos no início da manhã pelo proprietário da Fazenda Entre Rios, José Brilhante Neto, que fez uma apresentação das principais atividades da propriedade, e pelo pesquisador e coordenador das atividades do Projeto Biomas no Cerrado, José Felipe Ribeiro, que abordou os principais resultados dos experimentos implantados no bioma. O Projeto Biomas já instalou 21 projetos de pesquisa com árvores no Cerrado e já foram plantadas mais de 20 mil árvores nos últimos 5 anos.

No Cerrado, os trabalhos contam com o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), da John Deere, da Monsanto e da Fazenda Entre Rios, onde foram instalados os experimentos do Projeto Biomas.

O grupo demonstrou entusiasmo com o desenvolvimento dos projetos implantados na propriedade, e buscou obter o máximo de informações com perguntas técnicas sobre crescimento das plantas, o retorno econômico das áreas em recuperação de APP e ARL para atender as demandas do Código Florestal Brasileiro e as diferenças dessa legislação em relação às ações de outros países.

“De tempos em tempos, visitamos a Embrapa Cerrados, mas esta é a primeira vez que temos contato com o Projeto Biomas. O projeto é relativamente novo, mas vem trilhando um ótimo caminho para buscar respostas para atender ao Código Florestal do Brasil. O mais importante, além disso, é a parceria junto ao produtor”, disse Sally Thomson.

O produtor australiano de orgânicos Michel Michelar ressaltou a necessidade imediata do plantio de árvores e da divulgação, o mais rápido possível, das avaliações em curso sobre os retornos econômico, social e ambiental propostos pelo projeto, inclusive para valorizar os resultados já encontrados.

Teodoro Hungria Machado, que já conhecia o Projeto Biomas, visitou pela primeira vez a Fazenda Entre Rios. O produtor e empresário ficou surpreso como os consórcios de algumas espécies exóticas com nativas, que vêm obtendo boa resposta no Bioma Cerrado “É espantoso o desenvolvimento da espécie exótica mogno africano nesse solo com essas condições de ambiente. Vemos que esse projeto vai nos apresentar respostas novas em nível de espécies e técnicas de plantio”, comentou.

O PROJETO BIOMAS

O Projeto Biomas, iniciado em 2010, é fruto de uma parceria entre a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com a participação de mais de quatrocentos pesquisadores e professores de diferentes instituições, em um prazo de nove anos.

Os estudos estão sendo desenvolvidos nos 6 biomas brasileiros para viabilizar soluções com árvores para a proteção, recuperação e o uso sustentável de propriedades rurais nos diferentes biomas.

O Projeto Biomas tem o apoio do SENAR, SEBRAE, Monsanto e John Deere. No Cerrado, o Projeto Biomas é coordenado pela Embrapa Cerrados, com apoio da Embrapa

Exportação global de etanol continua em baixo patamar. Fabiana Batista. Valor Econômico. 25/02/2016.

Ainda dominadas por Estados Unidos e Brasil, as exportações globais de etanol se consolidam cada vez mais como oportunidades isoladas de negócios. É verdade que os embarques até cresceram no ano passado, puxados por uma demanda adicional da Ásia, mas os volumes continuaram baixos e sem perspectivas concretas de avanço, em boa medida em virtude da queda das cotações do petróleo, que estão em um dos mais baixos níveis da história.

De acordo com cálculos da FCStone, foram comercializados 7,6 bilhões de litros de etanol no mercado internacional em 2015, 8,7% mais que no ano anterior. Na comparação com a média dos últimos cinco anos (7,4 bilhões), o crescimento foi de 2,7%. Vitor Andrioli, especialista da consultoria no segmento, afirma que esses volumes contemplam todos os tipos de etanol, e não somente os biocombustíveis - ainda que estes representem a maior parte do mercado.

De forma estruturada, somente Estados Unidos e Brasil têm mandatos formais de uso de etanol em suas matrizes de combustíveis. Por isso, o intercâmbio do produto entre os dois países continua a se destacar no comércio mundial. No ano passado, as exportações brasileiras somaram 1,9 bilhão de litros, e os EUA absorveram praticamente a metade desse volume. Aproximadamente 25% dos embarques foram destinados à Coreia do Sul, basicamente para uso industrial, ao passo que a China ficou com 6,5% do total e a Índia com 5%.

Já as exportações americanas atingiram 3,2 bilhões de litros em 2015, e 14% do volume foram destinados ao Brasil. No ranking dos principais destinos do etanol americano, o país perde só para o Canadá, cuja participação foi de 30%. Naquele país, em 2010 foi determinado um percentual mínimo de 5% de mistura de etanol na gasolina em nível federal, mas em algumas províncias a mistura chega a 8,5%. Para cumprir seus mandatos, o Canadá produziu cerca de 1,8 bilhão de litros e importou outros 1,4 bilhão em 2015.

Apesar de exportarem volumes menores que os EUA, as usinas brasileiras vêm recebendo mais pelo produto, em especial no próprio mercado americano. A razão é que o etanol de cana do Brasil é classificado como avançado pela Agência Ambiental Americana (EPA)

por reduzir em mais de 60% a emissão de gases poluentes na comparação com a gasolina, e recebe um prêmio por isso. Na Califórnia, por exemplo, onde o etanol brasileiro é ainda mais valorizado por seus atributos ambientais, esse prêmio estava em US\$ 117 por metro cúbico na última sexta-feira. Trata-se de um ágio de 27% sobre o valor de US\$ 427 por metro cúbico pago pelo etanol convencional no mercado americano, conforme cálculo da consultoria Datagro.

Ainda que as perspectivas não indiquem que as exportações globais crescerão significativamente nos próximos anos, Andrioli destaca o aumento da demanda de países asiáticos pelo produto. E não só do Brasil. No caso dos EUA, as Filipinas ficaram com 9% do total embarcado no ano passado, e China e Coreia do Sul também foram destinos importantes - absorveram 8% e 7% dos embarques, respectivamente.

Mas, ainda assim, são poucos os sinais de que políticas nacionais melhor estruturadas serão adotadas por esses países. "A questão ambiental na China está preocupando mais, mas os mandatos de mistura de biocombustíveis na gasolina estão concentrados em regiões metropolitanas. Estima-se que as importações do país serão de 500 milhões de litros neste ano", diz Tarcilo Rodrigues, diretor da trading Bioagência.

A estagnação do comércio global foi um problema para os grandes países produtores no passado não muito distante. Depois de exportar 5 bilhões de litros em 2008, o Brasil, por exemplo, viu seus embarques caírem pela metade, o que deprimiu os preços no mercado doméstico nos anos seguintes, em consequência do excesso de oferta. Agora, com as expectativas ajustadas, a demanda interna está mais próxima da oferta e os movimentos internacionais voltaram a ser secundários.

Andrioli, da FCStone, acredita que em 2016 os volumes de exportação global de etanol poderão ser mais baixos que os do ano passado, mas próximos dos 7 bilhões de litros registrados em 2014. "A perspectiva de continuidade dos preços do petróleo em patamar historicamente baixo e o desaquecimento da demanda global, particularmente a chinesa, podem ter efeitos negativos sobre a demanda por importações de etanol".

Brasil e México devem concluir negociações de acordo comercial este ano. Viviane Novaes. Site do MAPA. 25/02/2016.

Ministério da Agricultura busca ampliar o acesso dos produtos agrícolas ao mercado mexicano

Brasil e México negociam a ampliação do Acordo Complementação Econômica nº 53, conhecido como ACE 53. As novas rodadas de discussão estão marcadas para abril deste ano. Segundo Gustavo Domingues, coordenador geral de negociações Comerciais Regionais e Bilaterais do Ministério da Agricultura, o acordo - com aproximadamente 800 linhas tarifárias - está vigente desde 2002, e ainda não tem uma participação expressiva no total das exportações brasileiras agrícolas, que atingiram US\$ 207 milhões em 2014.

Hoje, o Brasil é responsável por apenas 0,74% das importações agrícolas mexicanas, o que corresponde a cerca de US\$ 28 bilhões (2014). Esse valor coloca o México como o nono maior importador mundial e o único entre os grandes importadores agrícolas a apresentar uma participação irrisória de produtos brasileiros no seu mercado.

Segundo Domingues, o México possui alíquotas de importação elevadas no setor, com média tarifária de 17,6%, picos de 125% (como carnes de frango), e várias alíquotas específicas (como lácteos, açúcar, cacau), o que simplesmente exclui diversos produtos de seu mercado. Outro fator que prejudica as exportações brasileiras é o desvio de comércio causado pelo NAFTA (North American Free Trade Agreement ou Tratado Norte-Americano de Livre Comércio) na origem das importações agrícolas. O NAFTA é um bloco econômico formado pelos Estados Unidos, Canadá e México e foi criado em 1994. Cerca de 73% das importações mexicanas são dos EUA.

O Ministério da Agricultura vem se dedicando a reverter esse quadro. Além das discussões com o México para o ACE 53, a Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio tem avançado em discussões fitossanitárias com o país. Recentemente habilitou as exportações brasileiras de carne de peru e frango. “Mas as elevadas alíquotas persistem, e há necessidade de avanços para que o comércio entre as duas principais economias da América Latina não se restrinja a poucos setores”, diz Gustavo Domingues.

Japoneses vão investir em agricultura no Matopiba. Site do MAPA. 26/02/2016.

Brasil e Japão assinam acordo de cooperação, nesta segunda-feira (29), em Palmas (TO), para agricultura e alimentação que vai permitir investimentos dos japoneses na região do Matopiba. Esta nova fronteira agrícola é formada por partes do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e se destaca pela produção de soja, milho e algodão. A ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) dará entrevista coletiva à imprensa às 12h35.

A assinatura do acordo será feita durante o “Diálogo Empresarial Brasil-Japão: intercâmbio Econômico e Comercial em Agricultura e Alimentos”, que contará com a ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e o vice-ministro de Assuntos Internacionais do Ministério da Agricultura, Florestas e Pesca do Japão, Hiromichi Matsushima.

Paralelamente ao diálogo empresarial, haverá uma reunião bilateral sobre assuntos sanitários e fitossanitários. Outra novidade é o anúncio da criação da Frente Municipalista dos Prefeitos da Região de Matopiba.

No dia primeiro de março, os japoneses vão visitar empreendimentos do agronegócio (encontro fechado).

USDA vê avanço do plantio de milho nos EUA. Fernanda Pressinott e Camila Souza Ramos. Valor Econômico. 26/02/2016.

A primeira sinalização do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) sobre o plantio de grãos no país na próxima safra (2016/17), cuja semeadura começará nos próximos meses, reforçaram as expectativas de que os mercados globais de soja e milho continuarão bem abastecidos - e que, portanto, as cotações continuarão pressionadas.

Segundo Robert Johansson, economista-chefe do órgão, a área plantada de milho em 36,42 milhões de hectares, ante 35,61 milhões em 2015/16. Para a soja, ele previu 33,39 milhões de hectares, levemente abaixo do ciclo anterior (33,47 milhões). Conforme o USDA, é o trigo que deverá perder mais área. O plantio do cereal deverá cobrir 21,21 milhões de hectares, de acordo com Johansson, em queda de 21,21%.

Também ontem, o USDA informou que, com a queda das commodities e a alta do dólar, as exportações agrícolas dos EUA deverão atingir US\$ 125 bilhões em 2016, US\$ 14,7 bilhões a menos que em 2015.

Encontro Brasil-Japão reúne mais de 600 pessoas em Palmas. Viviane Novaes. Site do MAPA. 29/02/2016.

Ministra Kátia Abreu destaca oportunidade de negócios entre os dois países, como os investimentos japoneses no Matopiba

Começou na manhã desta segunda-feira (29), em Palmas (TO), o "Diálogo Brasil-Japão – Intercâmbio Econômico e Comercial em Agricultura e Alimentos". Os dois países vão

assinar um acordo que permitirá investimentos japoneses na região do Matopiba, situada nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Cerca de 600 pessoas participam do encontro que se estende até amanhã (terça-feira).

A ministra, que abriu o seminário, destacou o potencial da agrícola brasileira, especialmente do Matopiba, com sucessivas safras recordes de grãos. "Podemos contribuir para a garantia alimentar no mundo, por meio da ampliação das exportações dos produtos agropecuários." E o Japão é um dos mercados prioritários. Em 2015, o Brasil fez negócios da ordem de 9,7 bilhões de dólares com os japoneses.

O encontro reúne representantes de grandes empresas e companhias de investimento japonesas, como Mitsui, Toyota, Mitsubishi, Ajinomoto e Jica (Agência Internacional de Cooperação Japonesa), que discutirão o panorama e as perspectivas de investimentos daquele país no Brasil.

Também estão previstas a criação da Frente Estadual dos Deputados do Matopiba e da Frente Municipalista dos Prefeitos da região. Haverá ainda um diálogo empresarial sobre o intercâmbio econômico e comercial em agricultura e alimentos, que, além de empresários brasileiros e japoneses, terá a presença de gestores dos ministérios dos Transportes, Planejamento e Portos, da Receita Federal, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e das embaixadas dos dois países.

Empresários japoneses conhecem infraestrutura e logística do Matopiba. Viviane Novaes. Site do MAPA. 29/02/2016.

Investidores do país asiático recebem informações sobre ações do governo federal em rodovias, ferrovias e hidrovias na região

Empresários e autoridades japonesas e brasileiras passaram a tarde desta segunda-feira (29) em um seminário em Palmas. O encontro faz parte do "Diálogo Brasil-Japão – Intercâmbio Econômico e Comercial em Agricultura e Alimentos", que vai resultar em investimentos da iniciativa privada do Japão na região de Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). A ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) destacou o crescimento econômico da região. "Nos últimos três anos, a produção agrícola no Matopiba cresceu 49%, enquanto a do Brasil aumentou 11%", comparou.

O vice-ministro de Assuntos Internacionais do Ministério da Agricultura, Florestas e Pesca do Japão, Hiromichi Matsushima, disse que a reunião foi importante para se conhecer a região e para a concretização dos investimentos futuros. Um dos temas foi a

previsão e análise climática no Matopiba. O diretor do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), Divino Moura, informou que o número de estações meteorológicas na região vai passar este ano de 34 para 45. "As estações vão fornecer informações em tempo real e diretamente no computador de qualquer brasileiro." Ele lembrou que "toda agricultura deve ter apoio do tempo e previsão do clima para se evitar perdas agrícolas".

Outro ponto do seminário foram os investimentos em infraestrutura e logística. O secretário do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Maurício de Carvalho, explicou aos japoneses o que está sendo feito em rodovias, ferrovias e hidrovias. Cerca de 7.400 Km em 17 rodovias, por exemplo, serão concedidos à iniciativa privada em todo o país, entre 2015 e 2018. Doze projetos de concessão no Matopiba estão em fase de estudos.

O Diálogo Brasil-Japão em Palmas reúne grandes empresas japonesas que já estão atuando no Brasil e querem ampliar os investimentos. São elas: Mitsui & Company, que comercializa produtos siderúrgicos, alimentícios e insumos agrícolas; a S.C. Toyota, do grupo Toyota (do ramo automobilístico), que investe no plantio de soja, armazenamento e transporte; Mitsubishi Corporation do Brasil – maior trading do Japão do setor de energia e alimentos como o café –; e a Ajinomoto, uma das grandes empresas japonesas de alimentos processados, como condimentos.

Kátia Abreu: acordo entre Brasil e Japão inaugura um novo tempo para o Matopiba. Viviane Novaes. Site do MAPA. 29/02/2016.

Seminário em Palmas reúne investidores japoneses e abre oportunidades de negócios Brasil e Japão assinaram nesta segunda-feira (29) um acordo de cooperação, em Palmas, que permitirá investimentos na região de Matopiba, a nova fronteira agrícola brasileira situada nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. A assinatura foi feita durante o "Diálogo Brasil-Japão – Intercâmbio Econômico e Comercial em Agricultura e Alimentos", que está sendo realizado hoje e amanhã pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

"Este é um momento histórico na relação entre as duas nações e inaugura um novo tempo para a região do Matopiba", disse a ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Ela lembrou que o Brasil abriga a maior população japonesa no exterior, com 1,5 milhão de pessoas. E enfatizou: "Essa amizade proporciona uma enorme oportunidade de negócios para os dois países."

O presidente da Mitsui & Company (empresa que investe em ferrovias), Shinji Tsuchia, ressaltou que o Brasil é o maior exportador mundial café, suco laranja e açúcar e segundo maior de carne bovina. A maior parte das terras agricultáveis do mundo está na América do Sul. "O Brasil será o grande produtor agrícola mundial, atendendo a demanda global", disse.

Segundo Tsuchia, como a maior produção de milho e soja está acima do paralelo 16, há necessidade de investimentos de infraestrutura e logística no Matopiba a fim de facilitar o escoamento e reduzir o chamado "custo Brasil". Neste sentido, de acordo com o executivo, estão sendo feitos estudos em conjunto com o governo brasileiro.

O governador do Maranhão, Flávio Dino, destacou a importância do Porto de Itaqui (MA) para o escoamento da safra. "O porto de Itaqui é o porto do Matopiba", assinalou. É o local de saída dos produtos agrícolas que fica mais ao norte do país e, portanto, significa menos custos para exportação para os produtores e empresários da região. Segundo o governador, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 1,3 bilhão no porto, no período de 2016-2017. "Os recursos, da iniciativa privada e pública, já estão garantidos", assegurou Dino.

Metas brasileiras

A ministra falou sobre as potencialidades na região e a previsão de investimentos. O Matopiba tem 6,1 milhões de hectares irrigáveis. "Para expandirmos a irrigação, precisamos R\$ 114 milhões para 2280 Km redes de energia para a região", estimou. O governo prevê a instalação de 11 novas estações meteorológicas.

Kátia Abreu disse que a Conab vai construir três armazéns para grãos na região. Também está prevista a instalação de duas Ceasas no Matopiba, no valor total de R\$ 24 milhões; dois centros de tecnologia de agricultura e baixo carbono nos municípios de Luís Eduardo e Bom Jesus com parcerias públicas e privadas e implantação de um centro tecnológico em silvicultura e agricultura de baixo carbono.

Durante o encontro foram criadas a Frente Estadual Parlamentar da Região do Matopiba e Frente Municipalista dos Prefeitos da Região de Matopiba. As frentes vão trabalhar pela busca de investimentos e de políticas públicas para o desenvolvimento da região. "Vamos ajudar a viabilizar negócios e fazer com que o Matopiba seja cada vez mais forte", afirmou o prefeito de Gurupi, Laurez da Rocha Moreira. O município de 83 mil habitantes que fica no sul do Tocantins.

Diálogo bilateral

O encontro em Palmas ocorre na Universidade Federal de Tocantins e conta a presença de cerca de 600 pessoas. Entre os participantes, estão os governadores dos quatro estados do Matopiba - Flávio Dino (Maranhão), Marcelo Miranda (Tocantins), Wellington Dias (Piauí) e Rui Costa (Bahia) -, secretários de estado, deputados, prefeitos, secretários do Mapa, representantes do setor produtivo, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

A delegação do Japão tem cerca de 70 empresários e autoridades do governo, como o embaixador Kunio Umeda, o vice-ministro de Assuntos Internacionais do Ministério da Agricultura, Florestas e Pesca do Japão, Hiromich Matushima, o diretor-presidente da Mitsubishi Corporation do Brasil, Aiichiro Matsunaga, e o presidente da S. C. Toyota do Brasil, Toshifumi Araki.

O encontro, que começou pela manhã, se estende até o início da noite desta segunda-feira. Na parte da tarde, haverá uma reunião entre os dois países sobre assuntos sanitários e fitossanitários. Amanhã (terça-feira), o Ministério da Agricultura levará os japoneses para conhecer empreendimentos do agronegócio, com uma propriedade dedicada ao cultivo de frutas e empresa de processamento de grãos.

Nova fronteira agrícola

O Matopiba se destaca pela produção de grãos como soja, milho, arroz e algodão. Compreende uma área de 73 milhões de hectares, com 377 municípios e mais de 25 milhões de habitantes. A região tem mais de 324 mil estabelecimentos agrícolas. Atualmente responde por 10% da produção de grãos do país. O Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário somou R\$ 1,3 trilhão em 2014.

No ano passado, foi criado o Plano de Desenvolvimento Econômico do Matopiba por meio de decreto da Presidência da República. É um instrumento de planejamento para modernização, competitividade, incremento de renda, mobilidade social e sustentabilidade. Os três principais eixos do plano são infraestrutura, inovação e desenvolvimento tecnológico e o fortalecimento da classe média rural.

Importação chinesa de leite em pó dispara. Alda do Amaral Rocha. Valor Econômico. 29/02/2016.

A China, maior importadora mundial de lácteos, voltou ao mercado neste início de ano, mas esse retorno ainda não teve efeito sobre os preços internacionais. Em janeiro passado,

as importações chinesas de leite em pó integral e desnatado somaram 153 mil toneladas, 4,4 vezes mais que o comprado pelo país em dezembro e 49% acima do mesmo mês de 2015, conforme dados da consultoria italiana CLAL, especializada em mercado de lácteos, compilados pela brasileira MilkPoint.

O volume de leite em pó importado em janeiro só foi menor do que as 160 mil toneladas de janeiro de 2014 (o maior desde 2009), ressalta a consultoria.

Em todo o ano passado, segundo dados compilados pela MilkPoint, as importações da China caíram cerca de 40%, saindo de 923,7 mil toneladas para 547,3 mil toneladas. O recuo na demanda foi um grandes responsáveis pela retração dos preços do leite no mercado internacional. No último leilão da plataforma Global Dairy Trade (GDT), referência para o mercado internacional, no dia 16, a cotação do leite em pó integral ficou em US\$ 1.890 por tonelada, queda de 42,3% num período de 12 meses.

Valter Galan, analista da MilkPoint, afirma que não é possível dizer que o aumento do volume em janeiro indique uma tendência de recuperação das importações chinesas. Isso porque tradicionalmente há um aumento das compras da China em janeiro, por conta dos termos de acordo comercial entre o país asiático e a Nova Zelândia, maior exportador mundial. Nesse mês, explica Galan, vigora uma tarifa preferencial de importação, de 2,5%, abaixo dos 10% que incidem normalmente.

O atual patamar dos preços internacionais dos lácteos também pode ter estimulado as importações em janeiro, avalia Galan. Outra hipótese seria a intenção dos chineses de recompor estoques. "É uma boa sinalização, mas não é possível dizer que vai continuar", afirma.

O analista cita a estimativa cautelosa da CLAL, que prevê alta de 13% nas importações chinesas de leite em pó este ano, para 620 mil toneladas. Em relação a 2014, porém, ainda deve haver queda de 33%. "O consumo interno chinês [de lácteos] não está caindo, mas não é sensacional", completa.

Coordenador
Sergio Leite



Pesquisadores
Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búriço, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior



Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Secretária
Diva de Faria

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa